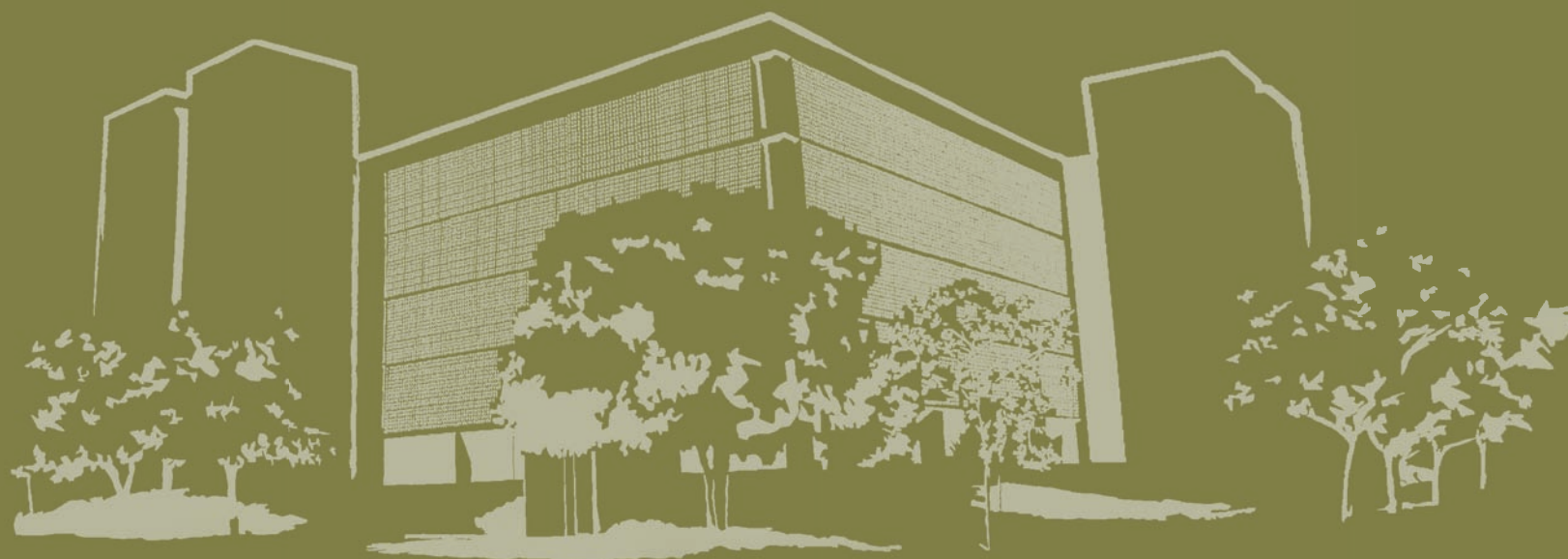




*TCE Tocantins*  
*Conta sua História*



*1989-2012*





*TCE Tocantins*  
*Conta sua História*  
*1989-2012*



# Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

## *Presidente*

Cons. Severiano José Costandrade de Aguiar

## *Vice-presidente*

Cons. Herbert Carvalho de Almeida

## *Corregedor*

Cons. Manoel Pires dos Santos

## *Conselheiros*

José Wagner Praxedes

Napoleão de Souza Luz Sobrinho

Doris de Miranda Coutinho

Leide Maria Dias Mota Amaral

## *Coordenador do Corpo especial de Auditores*

Márcio Aluízio Moreira Gomes

## *Procurador-geral de Contas*

Oziel Pereira dos Santos

## *Diretor-geral de Controle Externo*

Fernanda Almeida Corrêa Antunes

## *Diretor-geral de Administração e Finanças*

Heliar Rosa Peu

## *Diretora-geral de Controle Interno*

Dênia Maria Almeida da Luz

## *Diretora-geral do Instituto de Contas*

Dagmar Albertina Gemelli

## *Chefe de Gabinete da Presidência*

Diomar Carneiro Mourão de Pinho

## *Chefe de Gabinete de Conselheiro*

Luciano Pereira da Silva

## **EXPEDIENTE**

### *Coordenação Geral:*

Cons. José Wagner Praxedes

### *Edição:*

Dhenia Gerhardt

Lauri Meyer

### *Entrevistas:*

Alessandra Brito

Vilmara Bianchi

### *Designer Responsável:*

Ronaldo Cordeiro de Toledo Gomes

### *Fotos:*

Assessoria de Comunicação - TCE/TO

Sec. da Comunicação do Estado do Tocantins

Acervos particulares

### *Revisão:*

Marilda Piccolo

### *Criação e Finalização:*

Agência Public

### *Textos:*

Valéria Kurovski

### *Impressão:* Kopwey

*Tiragem:* 600 exemplares

### *Distribuição gratuita*

Assessoria de Comunicação

ascom@tce.to.gov.br



## Mensagem do Presidente

Sempre tive a preocupação de honrar as origens, o passado e a história; de aprender com aqueles que foram e são protagonistas de atos e acontecimentos importantes e marcantes de uma instituição; de respeitar e ser valorizado.

Ao mesmo tempo, entendo que fazer esse resgate não é só lembrar os bons ou maus momentos, mas, sim, compreender que estamos aqui devido aos fatos que convergiram para essa realidade. Há, nesse contexto, um significado de construção, de compreensão. É preciso aprender com aqueles que fizeram parte de todo o processo. Alguns, inclusive, que não estão mais conosco. É preciso perceber a importância de valorizá-los.

Respeitar a história é reconhecer tantas pessoas que testemunharam o sonho nascer.

Mais do que isso: viram brotar a semente e protagonizaram a criação de um Estado, de uma capital, de um órgão concebido para trabalhar pela sociedade.

Assim, não posso deixar de lembrar quando cheguei ao Tribunal de Contas. Busquei conhecer a instituição, por meio da análise da sua origem, criação, progresso, modernização: compreendi o órgão, para me fazer entender, por quem aqui já estava.

Recordo-me quando entrava no Tribunal de Contas e via o Dr. Gonçalves conversando com os servidores, durante as visitas que ele sempre costumava fazer, pois, naquela época, já estava aposentado. Isso chamava minha atenção e fez com que eu passasse a querer conhecê-lo melhor. Percebi como era o comportamento dele: um homem sem cerimônia,

simples, como as pessoas do Tocantins.

A postura do Dr. Gonçalves e de tantos outros homens e mulheres do TCE/TO, me fez prezar ainda mais a instituição.

É importante eternizar a história, não só do TCE, mas também do Tocantins. Lembrar do passado, valorizar também o presente e vislumbrar o futuro nos inspirando em tantas pessoas que fizeram a diferença. Essa vontade serviu de motivação quando cheguei neste novo Estado. Resgato minhas palavras, emocionadamente pronunciadas no momento de minha posse como presidente do Tribunal de Contas do Tocantins:

*A força que me acompanha desde quando aqui cheguei, com o vigor da minha juventude, faz-se presente. Trago gravado na memória o esplendoroso azul do céu de minha Terra - a terra do vaqueiro nordestino cheio de força, coragem, banhada pelas águas abençoadas dos rios Parnaíba e Poti; trago as linhas primeiras de minha formação pelas quais pauto as atitudes; carrego as dignas e históricas lembranças dos meus ancestrais.*

*Digo que o calor humano e a bravura destemi-*

*da do povo do Piauí foram acrescentados em meu ser, pelo descortinar do horizonte vasto que se alarga no Tocantins, pela imensidão de suas águas que transbordam, pela beleza, variedade e sutileza do canto dos seus pássaros coloridos, pela inquebrantável resistência do seu povo. Devo confessar, não perdi minha identidade de piauiense, contudo, adotei o Estado do Tocantins com a força de minha vida, pois tenho marcado em minha alma a gigantesca obra que vivenciei, que todos vivenciamos, vimos a criação de um Estado e a construção de sua capital.*

Hoje, relendo esse trecho acrescento, além da criação do Estado e da capital, Palmas, a criação de uma instituição sólida, transparente, eficiente e eficaz, que trabalha para prestar um bom serviço em prol da sociedade.

Você, cidadão, que a partir desta leitura conhecerá mais sobre a história da Corte de Contas tocantinense, está convidado, junto com o TCE/TO, a zelar pelo bem público, pelas boas práticas, pela gestão dinâmica, enfim, ajudar a cuidar do que é nosso!

**Conselheiro Severiano Costandrade**

*Presidente do TCE/TO*

# Índice

---

<b>HISTÓRIA DO TOCANTINS.....</b>	<b>11</b>
<i>FRUSTRAÇÕES .....</i>	<i>12</i>
<i>RENOVAÇÃO.....</i>	<i>12</i>
<i>CONSTITUINTE .....</i>	<i>13</i>
<b>criação de PALMAS.....</b>	<b>17</b>
<i>EXPLOÇÃO DEMOGRÁFICA .....</i>	<i>18</i>
<b>criação do TCE .....</b>	<b>21</b>
<i>O INÍCIO EM MIRACEMA .....</i>	<i>22</i>
<i>PRIMEIRA COMPOSIÇÃO.....</i>	<i>24</i>
<i>PAPÉIS.....</i>	<i>25</i>
<i>RENOVAÇÃO DO COLEGIADO .....</i>	<i>26</i>
<i>AMPLIAÇÃO DO COLEGIADO .....</i>	<i>27</i>
<i>PRIMEIROS AUDITORES.....</i>	<i>29</i>
<i>PRIMEIROS PROCURADORES.....</i>	<i>33</i>
<i>PRIMEIROS SERVIDORES.....</i>	<i>36</i>
<b>PRIMEIROS PROCESSOS .....</b>	<b>41</b>
<i>VOLUME.....</i>	<i>42</i>
<i>FEITO A MÃO .....</i>	<i>42</i>
<i>RITO.....</i>	<i>44</i>
<i>INSPETORIAS .....</i>	<i>44</i>
<b>TRANSFERÊNCIA PARA PALMAS .....</b>	<b>47</b>
<i>PRIMEIRA SEDE EM PALMAS .....</i>	<i>47</i>
<i>VILA DOS DEPUTADOS.....</i>	<i>49</i>
<i>NOVO ENDEREÇO .....</i>	<i>49</i>

<b>PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS .....</b>	<b>51</b>
<i>TRIBUNAL DE CASA NOVA .....</i>	<i>53</i>
<i>PRÉDIO ANEXO.....</i>	<i>54</i>
<i>LEI ORGÂNICA .....</i>	<i>55</i>
<i>NO RITMO DA EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA .....</i>	<i>56</i>
<i>PROMOTEC .....</i>	<i>58</i>
<i>PROMOEX.....</i>	<i>58</i>
<i>SICAP .....</i>	<i>60</i>
<i>E-CONTAS .....</i>	<i>60</i>
<i>QUALIFICAÇÃO DO CORPO TÉCNICO.....</i>	<i>63</i>
<i>FORMAP .....</i>	<i>64</i>
<i>PRODECIN .....</i>	<i>65</i>
<i>CULTURA.....</i>	<i>65</i>
<i>NOVOS TEMPOS.....</i>	<i>66</i>
<i>PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....</i>	<i>67</i>
<i>CONTROLE SOCIAL .....</i>	<i>68</i>
<b>HOMENAGENS E DEPOIMENTOS .....</b>	<b>71</b>
<i>GOVERNADOR SIQUEIRA CAMPOS .....</i>	<i>72</i>
<i>RAIMUNDO NONATO PIRES DOS SANTOS (RAIMUNDO BOI) .....</i>	<i>74</i>
<i>UBIRATAN DINIZ DE AGUIAR.....</i>	<i>75</i>
<i>VICTOR JOSÉ FACCIONI .....</i>	<i>76</i>
<i>ORLANDO ALVES DA SILVA .....</i>	<i>77</i>
<b>GALERIA DOS CONSELHEIROS .....</b>	<b>78</b>



*Promulgação da Constituição Federal de 1988  
O Estado do Tocantins torna-se realidade*



*Art. 13. É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989. (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias)*

Foto: Márcio de Pietro / SECOM/TO



*Avenida Tocantins, em Miracema do Tocantins - 1989*

Foto: Luciano Ribeiro / SECOM/TO



*Vista aérea de Palmas, Palácio Araguaia - 1991*

**Miracema do Tocantins**  
**Capital Provisória**

**Palmas**  
**Capital do Tocantins**



§ 1º O Estado do Tocantins integra a Região Norte e limita-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos Municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso. (*Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Art 13, § 1º*)



# 1

## História do Tocantins

*De Theotônio Segurado a Siqueira Campos, a luta libertária pela criação do Estado do Tocantins*

Em 1960, havia pouco mais de um habitante por quilômetro quadrado na região do atual Tocantins. Sua população, contada em 328.486 pessoas, estava distribuída em 33 municípios (IBGE). Naquela época, o lugar representava apenas o “esquecido” Norte do Estado de Goiás. Realidade que começaria a mudar no dia 5 de outubro de 1988, com a promulgação da Constituição Brasileira, que trouxe, no Artigo 13 dos Atos das Disposições Transitórias, a criação do Estado do Tocantins. Sua população, já contada em mais de 700 mil habitantes no início dos anos 80, podia então comemorar a realização de um sonho que resistiu a décadas de lutas pela libertação das terras do Norte.

O desejo libertário já permeava o sentimento do povo local desde séculos passa-

dos, inflamado pelo movimento de independência do Brasil-colônia de Portugal. Mas foi em 1809 que os fatos começaram a convergir a favor da divisão territorial. Em razão da forte ocupação da porção Norte da Província de Goiás, motivada pela exploração das minas de ouro, o então ouvidor-general Theotônio Segurado propôs a D. João VI a divisão da Capitania nas Comarcas do Sul e do Norte. No dia 18 de março daquele ano, foi assinado o alvará de criação da Comarca de São João das Duas Barras, instalada inicialmente em Natividade e depois transferida para a vila de São João da Palma, atual Paranã. A data é oficialmente comemorada, desde 1998, como o marco da luta pela criação do Tocantins, conforme a Lei Estadual nº 960.



### FRUSTRAÇÕES

Com o retorno da Família Real para Portugal e o crescimento dos anseios de independência do Brasil-colônia, fortaleceu-se também o desejo de libertação da Comarca do Norte. Mas o pedido de Theotônio Segurado para reconhecer a criação da Província do Norte, em 1823, foi negado pela corte no Rio de Janeiro.

No período do Império, houve outras duas tentativas de independência do Norte goiano. Uma por Visconde de Taunay, então deputado pela Província de Goiás, em 1863, e em 1889, pelo geógrafo Fausto de Sousa, pioneiro nos estudos da geopolítica brasileira, com um projeto de redivisão do Império em 40 províncias, uma delas a do Tocantins. Ambas as tentativas foram frustradas.

O período da República não arrefeceu os ânimos separatistas. Ao contrário, a Constituição de 1937, que abriu caminho para a criação de territórios, fortaleceu a defesa em prol do Tocantins. Nas décadas seguintes, destacaram-se na luta separatista nomes como do brigadeiro do ar Lysias Rodrigues, Trajano Coelho Neto, César Freire e o juiz de Direito Feliciano Machado Braga.

### RENOVAÇÃO

A partir de 1960, entram em cena a Casa do Estudante do Norte Goiano (Cenog), criada com a ajuda do então secretário da Educação de Goiás, professor Rui Rodrigues da Silva, a Comissão de Estudo dos Problemas do Norte Goiano (Conorte) e o Comitê PróCriação do Estado do Tocantins. Instituições estas que tiveram grande importância no movimento separatista.

É desse período em diante, com a chegada de um novo personagem, que os fatos se desenrolam de maneira a mudar para sempre a história da região. José Wilson Siqueira Campos, nascido no sertão do Ceará, na cidade do Crato, entra para a política em 1966, como vereador de Colinas. Em 1970 é alçado à Câmara Federal pelo Estado de Goiás, permanecendo por cinco legislaturas, onde fortalece a luta pela separação do Norte goiano. A primeira tentativa vem em 1984, ao ter aprovada, pelo Congresso Nacional, a Lei Complementar para criar o Estado do Tocantins. Mas é frustrado pelo então presidente da República em exercício, José Sarney, que vetaria, no ano seguinte, um segundo projeto aprovado pelo Congresso.

Foto: SECOM/TO



*O então deputado  
Siqueira Campos  
defende a criação  
do Tocantins na  
Assembleia Nacional  
Constituinte*

### CONSTITUINTE

Após um movimento de greve de fome levado a cabo por Siqueira Campos, na Câmara Federal, a discussão do tema é transferida para a Assembleia Nacional Constituinte, da qual Siqueira, reeleito em 1986, fazia parte. Coube ao deputado federal a tarefa de articular a fusão de emendas e garantir a inclusão do Artigo 13 das Disposições Transitórias na Constituição Brasileira de 1988, criando, finalmente, o Estado do Tocantins, no dia 5 de outubro daquele ano, com a pro-

mulgação da Carta Magna.

Siqueira Campos foi eleito, em novembro do mesmo ano, o primeiro governador do Estado do Tocantins, cuja instalação se deu em 1º de janeiro de 1989, na cidade de Miracema, escolhida como a Capital Provisória. Condição que perdeu um ano mais tarde, em 1º de janeiro de 1990, com a instalação da sede definitiva do governo estadual na cidade de Palmas, construída no centro geográfico do Estado.

**1º de janeiro de 1989,  
Siqueira Campos toma  
posse como primeiro  
governador do Estado  
do Tocantins**



#### **FONTES CONSULTADAS**

---

PÓVOA, Osvaldo Rodrigues. *História do Tocantins*. Goiânia: Livraria Três Poderes, 1990.

SILVA, Otávio Barros da. *Breve história do Tocantins e de sua gente – uma luta secular*. Araguaína: Federação das Indústrias do Estado do Tocantins, Fieto. Brasília: Solo Editores, 1996.

TOCANTINS, Secretaria de Estado da Cultura. Tocantins – História. Disponível em: <http://cultura.to.gov.br/conteudo.php?id=3>

GOIÁS, Governo do Estado. Conheça Goiás – História. Disponível em: <http://www.goias.gov.br/paginas/conheca-goias/historia/separacoes-a-criacao-do-tocantins>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse do Censo 2010. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/default\\_sinopse.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/default_sinopse.shtm)



*Palmas nasce no coração do  
cerrado tocantinense*

Foto: Secom/TO



*A Capital foi construída no centro geográfico do Estado,  
na margem direita do Rio Tocantins*



Foto: Márcio de Pietro / SECOM/TO

*Missa campal,  
celebrada durante o  
lançamento da pedra  
fundamental de  
Palmas*



Foto: SECOM/TO

*Solenidade de  
instalação do  
município de Palmas.  
Fenelon Barbosa (2º à  
direita) passa a ser o  
prefeito da Capital*



# 2

## Criação de Palmas

*Uma nova cidade para um novo Estado*

Palmas não nasceu como a maioria das cidades. A Capital do mais novo Estado da Federação foi, literalmente, plantada no coração do cerrado tocantinense. A área, que até aquele momento só abrigava fazendas de gado, foi desmembrada de Porto Nacional e abrangeu o então município de Taquaruçu do Porto. Sua escolha se deu após estudos técnicos que levaram em consideração a posição geográfica da região e as condições favoráveis de abastecimento de água. A infraestrutura da cidade, no entanto, teve que ser construída do zero.

A condição legal para a instalação da Capital foi dada pelo município de Taquaruçu, que transferiu sua sede e passou a ser distrito de Palmas. A pedra fundamental da nova cidade foi lançada no dia 20 de maio de 1989 – data em que

é comemorado seu aniversário – mesmo dia da celebração da primeira missa na cidade, aos pés de uma cruz fincada onde hoje se encontra a Praça dos Girassóis.

A instalação de Palmas só se deu em 1º de janeiro de 1990, quando então Miracema deixou a condição de Capital provisória e a estrutura administrativa do Estado transferiu-se para a nova Capital, distante cerca de 70 km de Miracema. Além do título de mu-

Foto: SECOM/TO



*Palacinho, primeira sede do Governo do Estado em Palmas*



nicípio, Palmas herdou de Taquaruçu seu prefeito, Fenelon Barbosa, e os vereadores da Câmara Municipal.

Palmas começou a ganhar os traços reais de uma cidade com a abertura de suas ruas e quadras, e com a primeira edificação: o Palacinho, construído em madeira, foi sede do Poder Executivo de 1º de janeiro de 1990 a 9 de março de 1991. Tombado pelo governo do Estado, abriga o Museu Histórico do Tocantins.

#### EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA

Milhares de operários vieram de várias partes do Estado e do País para trabalhar na construção da nova Capital. Houve uma explosão demográfica. Em 1980, eram 3.288 habitantes na região onde futuramente seria erguida a Capital. Em 1991, a população saltou para 24.261 e, em 2000, já somava 137.045 habitantes. O comércio em geral começou a se desenvolver em torno da forte demanda por alimentos, vestuário e mora-

Foto: SECOM/TO

*Av. Theotônio  
Segurado, vista do  
Palácio Araguaia, em  
1990 e, na página ao  
lado, vinte anos depois*



dia, principalmente.

Encravada na planície entre o Rio Tocantins (onde hoje está formado o Lago da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães) e as Serras do Carmo e do Lajeado, Palmas cresceu espraiada, com uma ocupação mais forte ao Sul do Plano Diretor.

Os primeiros servidores do Tribunal de Contas têm uma trajetória de vida que se confunde com a história da implantação de

Palmas. Nos primeiros anos desde sua instalação, a cidade mais parecia um canteiro de obras. Quem viveu aqueles momentos guarda na memória as lembranças dos dias difíceis. “Minha casa foi a primeira da quadra, não tinha rua pra chegar no meu endereço. Não tinha água encanada, nem energia elétrica. Isso tudo em 1991”, admira-se o auditor Moisés Vieira Labre. Hoje, Palmas conta com 228.332 habitantes.

Foto: ASCOMTCE/TO





## *Criação do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins*



*Governador, conselheiros e autoridades em solenidade realizada no TCE/TO*

*Art. 96. Fica criado o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins composto por 03 (três) membros, conforme o disposto na Constituição Federal, no seu art. 235, inciso III. (Lei nº 01/89, de 23 de janeiro de 1989)*

# 3

## Criação do TCE

*Pilar do controle da gestão pública,  
nasce o Tribunal de Contas do Tocantins*

A história da criação do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO) poderia ser contada através de números, leis, resoluções normativas, decretos e datas. Afinal, trata-se de um órgão que lida com dígitos, cifras e informações. Sua natureza é fiscalizar e controlar as contas públicas. Entretanto, sua história não é feita só de números, mas de pessoas, gente que construiu o tribunal com suas mãos e mentes, ao mesmo tempo em que ia moldando suas próprias vidas.

Criado pela Lei nº 001, no 23º dia da instalação do Estado do Tocantins, que ocorreu em 1º de janeiro de 1989, o Tribunal de Contas só foi instalado de fato no dia 5 de maio do mesmo ano, com a promulgação da Lei nº 36 que estabeleceu normas para seu funcionamento. Mas o trabalho já havia começado para alguns poucos. Os processos relativos

aos municípios do novo Estado, remetidos pelo Tribunal de Contas de Goiás, batiam às portas do novo tribunal, instalado precariamente em uma casa alugada no centro da cidade de Miracema do Tocantins, escolhida a Capital Provisória do Estado.

Nomeados os três conselheiros que comporiam o primeiro colegiado do TCE/TO e escolhido o presidente, o passo seguinte foi dar início à organização da casa que começou do zero: contratação de pessoal, treinamentos e capacitações, elaboração das normatizações e montagem da estrutura física necessária ao funcionamento do novo órgão. Trabalho que transcorreu em Miracema do Tocantins, então Capital provisória do Estado, até o final de 1989. Com a instalação da Capital definitiva, em 1º de janeiro de 1990, o Tribunal de Contas do Estado acompanhou, paulatina-

mente, os demais poderes e órgãos estaduais na transferência de sede para Palmas.

A primeira instalação física do TCE, em Miracema, era uma casa alugada no centro da cidade, além de um galpão onde trabalhavam os técnicos de controle externo.

Posteriormente, em Palmas, um barracão de madeira alojou as atividades do órgão e também alguns de seus servidores que não tinham moradia. Somente em 1991 o tribunal passou a ocupar parte de um dos prédios destinados às secretarias estaduais,

até a transferência para a sede definitiva, em 1999.

As condições de infraestrutura eram apenas uma das dificuldades enfrentadas na implantação do órgão. Ao mesmo tempo em que a presidência se empenhava na estruturação física do tribunal, havia a preocupação com as normatizações e a regularização do quadro de servidores do TCE. Em junho de 1990, a aprovação da Lei nº 152 criou o quadro de pessoal dos serviços auxiliares do TCE e abriu caminho para a realização do

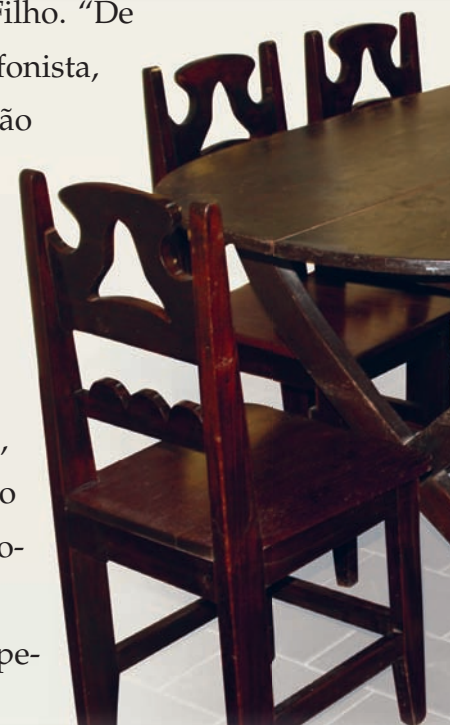
### O INÍCIO EM MIRACEMA

Casa alugada, com uma mesa e seis cadeiras emprestadas. Assim começou a primeira sede do Tribunal de Contas do Estado, na Capital provisória, Miracema do Tocantins, em 1989. “Quando o tribunal abriu no primeiro dia nós não tínhamos nenhum móvel. Quando ‘seo’ Antonio (Antônio de Aquino Nolêto) alugou a casa para o tribunal, ficou essa mesa perdida lá. Aí pedimos umas cadeiras emprestadas dele mesmo”, conta o conselheiro José Wagner Praxedes.

A casa, localizada na Avenida Tocantins, número 602, abrigava a Presidência, a Auditoria e a Procuradoria. A Pre-

sidência funcionava na sala da entrada, onde trabalhava o presidente, à época, conselheiro Antônio Gonçalves de Carvalho Filho. “De frente para essa sala ficava a telefonista, responsável também pela recepção das pessoas que ali chegavam”, explica a auditora Maria Luíza Pereira Meneses, completando: “Naquela sala, todos os assuntos administrativos eram resolvidos”. A Auditoria, continua Maria Luíza, localizava-se em uma sala no fundo da casa. “Ao nosso lado ficava a Procuradoria”, recorda-se.

Outro auditor que vivenciou o pe-






primeiro concurso público, ocorrido em 30 de dezembro daquele ano, para o preenchimento de 202 vagas, na gestão de Antônio Gonçalves de Carvalho Filho.

Também foi em dezembro de 1990 que a Assembleia Legislativa aprovou a 1ª Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins. Outras duas seriam aprovadas mais tarde: em 18 de junho de 1996, pela Lei nº 842, e em 17 de dezembro de 2001, pela Lei nº 1.284, que vigora até hoje, disciplinando as atribuições, competências

e jurisdição do TCE/TO.

Somente em 1993, na gestão do conselheiro João de Deus, foi criado o primeiro Regimento Interno do órgão, com a aprovação da Resolução Normativa nº 008, de 15 de dezembro. Este foi substituído pela Resolução Normativa nº 005 de 23 de outubro de 1996 e, em 2002, o órgão aprovou a Resolução Normativa nº 002, instituindo o novo Regimento Interno, ainda em vigor, com alterações efetuadas nos anos seguintes.



ríodo de Miracema, Márcio Aluizio Moreira Gomes sorri quando se lembra de como era a sede. “Era uma casa que foi transformada em um Tribunal de Contas. A nossa unidade de fiscalização na área técnica era na cozinha. Os conselheiros moravam com o presidente na mesma casa.”

Com a chegada de mais servidores a cada dia que passava, o espaço foi ficando pequeno. “Tinha gente que

ficava no corredor da casa. Lá pelas tantas teve que alugar um galpão para colocar o controle externo, que é a maior parte dos funcionários. Um pouco longe de onde era o Tribunal... o pessoal chamava de escolinha do professor Raimundo, com as mesas dispostas igual uma escola”, conta a técnica de Controle Externo Sílvia Cerqueira. “Nós tínhamos como estrutura física dois endereços. Um era um galpão grande onde ficavam todos juntos”, reforça o auditor substituto Moisés Labre. O galpão, situado no número 1.333 da Avenida Maranhão, funcionava como um anexo da sede principal do TCE em Miracema.

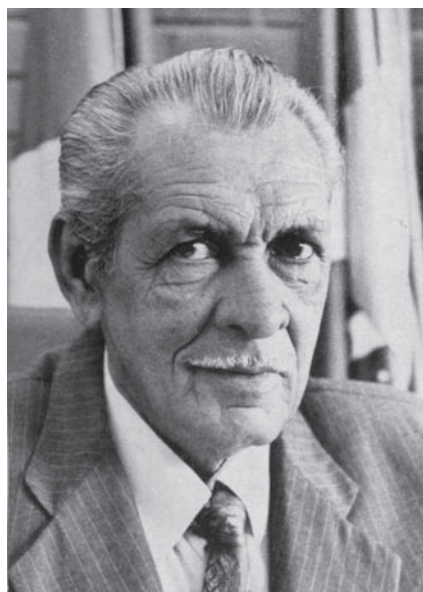
*Mesa e cadeiras usadas nos primeiros dias de funcionamento do TCE/TO, em Miracema*

## Primeira Composição

*Três conselheiros recebem a missão de implantar o TCE/TO*

Fotos: ASCOM TCE/TO

**Conselheiros Antônio  
Gonçalves de Carvalho  
Filho, João de Deus  
Miranda Rodrigues e  
José Ribamar Meneses**



A primeira composição do colegiado do Tribunal de Contas do Tocantins foi definida pelo governador Siqueira Campos imediatamente após a instalação dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Foram escolhidos nomes que agregassem as condições necessárias para liderar a missão de instalar o novo órgão de controle externo de contas públicas em um estado recém-criado e cuja maioria das prefeituras sofria o isolamento do então Norte goiano.

Para formar o primeiro colegiado do TCE/TO, foi convidado o odontólogo Antônio Gonçalves de Carvalho Filho, cearense de nascimento e tocantinense de coração. Sua experiência como adminis-

trador do município de Cristalândia por dois mandatos (1966 a 1970 e 1973 a 1977) o credenciava para a tarefa, inclusive, de inaugurar a presidência do tribunal, cargo que também ocupou por dois mandatos consecutivos (1989-1990 e 1991-1992). Sua nomeação ocorreu no dia 13 de janeiro de 1989, com base na Medida Provisória nº 001/89. A posse como presidente ocorreu no dia 1º de fevereiro de 89. Aposentou-se em 2 de fevereiro de 1995 e faleceu em 28 de janeiro de 2004.

Em atendimento ao Artigo 235, III, da Constituição Federal, foram nomeados outros dois membros para a formação inicial do Pleno do TCE. De Araguatins, veio João

de Deus Miranda Rodrigues, vereador por seis anos e prefeito daquele município no mandato de 1977 a 1983. Coube a João de Deus presidir o tribunal na gestão de 1993 a 1994. Também se aposentou em 2 de fevereiro de 1995 e faleceu em 27 de março de 2000, vítima de acidente automobilístico, aos 61 anos de idade. “Meu pai foi um dos implantadores das sessões plenárias, foi fruto da administração dele”, lembra com orgulho o filho Zailon Miranda Labre Rodrigues, procurador de contas do TCE/TO.

Terceiro presidente da primeira formação do TCE/TO, José Ribamar Meneses foi secretário de Obras do governo de Goiás por duas gestões. Piauiense, formado em engenharia e com pós-graduação em Austin (Texas, EUA), José Ribamar tomou posse como conselheiro em 13 de janeiro de 1989 e foi eleito em 19 de dezembro de 1994, mas ocupou a presidência por pouco menos de um mês, tendo que se aposentar compulsoriamente em 15 de janeiro de 1995 por ter atingido a idade limite de 70 anos. Faleceu em 12 de março de 2011. “Meu pai ficou muito responsável pela parte técnica, porque tinha muita bagagem. Ele é quem representava o tribunal fora daqui”, conta Maria Luíza Pereira Meneses, auditora e filha de José Ribamar.

## PAPÉIS

Da criação, em janeiro de 1989, até 1995, quando houve a primeira renovação do colegiado do Tribunal de Contas do Estado, cada um dos três conselheiros teve papel fundamental na construção da história do órgão, reconhecido por quem testemunhou aquela época.

“Cada presidente, cada pessoa que ocupou a direção, teve sua contribuição maravilhosa, no seu tempo. Se era momento de agregar, de acomodar, aquela pessoa soube fazer muito

Fotos: ASCOM TCE/TO



*Registro da primeira Sessão do Pleno*

bem. Se era o momento de fazer a padronização de documentos, dos processos, de normatização, a outra pessoa também soube fazer. Se era época de correr atrás do espaço físico para acomodar o tribunal, teve quem fizesse. Nenhum dos presidentes deixou para depois.” A avaliação é da analista de Controle Externo Altair Machado Perna, uma das



pioneiras do TCE/TO. “Eles três eram diferentes na maneira de ser, mas muito unidos”, define Maria Luíza sobre os conselheiros que construíram a primeira fase do Tribunal de Contas do Tocantins.

José Wagner Praxedes, auditor pioneiro, conselheiro e ex-presidente do TCE/TO,

avalia que todas as fases do tribunal foram de muito trabalho e dedicação e que cada qual teve sua importância histórica na construção e consolidação do órgão. “Todos nós fomos importantes para o tribunal hoje ser o que é. Todas as administrações foram brilhantes.”

## Renovação do Colegiado

### *Substituições e ampliação do número de conselheiros*

A primeira formação do colegiado do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins foi renovada em 1995, com a aposentadoria dos três conselheiros que iniciaram a implantação do tribunal, em 1989. A vaga deixada por José Ribamar Meneses, último dos três

a presidir o órgão, foi ocupada pelo então auditor José Wagner Praxedes, cuja posse ocorreu em 23 de janeiro de 1995. Na vaga do primeiro presidente do Tribunal, conselheiro Antônio Gonçalves de Carvalho Filho, foi nomeado o economista José Jamil

Foto: ASCOMTCE/TO



*Sessão do Tribunal  
Pleno com a segunda  
formação do Colegiado*

Fernandes Martins, empossado no cargo em 6 de março de 1995. Finalmente, em 3 de julho daquele ano, o então procurador-geral de contas, Herbert Carvalho de Almeida, assumiu a vaga de conselheiro deixada por João de Deus Miranda Rodrigues.

Primeiro a assumir na nova composição do colegiado, Wagner Praxedes foi eleito o novo presidente do TCE/TO, vindo a tomar posse no dia 26 de janeiro de 1995. Ocupou o cargo num segundo mandato, em 1997 e 1998, período em que foi realizado o terceiro concurso público e construída a sede própria do tribunal. A inauguração do prédio ocorreu em 4 de janeiro de 1999, mesma data em que tomou posse o novo presidente eleito, Herbert Carvalho de Almeida, que também ocupou o cargo por dois mandatos, até 2002.

#### **AMPLIAÇÃO DO COLEGIADO**

Naquele mesmo ano, o colegiado do Tribunal de Contas passou de três para sete conselheiros. A ampliação estava prevista no artigo 35 da Constituição Estadual, em consonância com o artigo 235, III, da Constituição Federal, que limita em três o número de conselheiros dos Tribunais de Contas nos dez primeiros anos de criação do Estado. Desta forma, as quatro vagas já existiam de direito desde 1998, mas somente no final de 2002 a Assembleia Legislativa aprovou os nomes que passariam a integrar a Corte.

No dia 30 de dezembro daquele ano, em sessão solene, tomaram posse os conselheiros Napoleão de Souza Luz Sobrinho, Doris de Miranda Coutinho, Severiano José Costandrade de Aguiar e Manoel Pires dos Santos.

Foto: ASCOM TCE/TO



*Posse dos conselheiros  
Severiano José  
Costandrade de  
Aguiar, Napoleão de  
Souza Luz Sobrinho,  
Doris de Miranda  
Coutinho e Manoel  
Pires dos Santos*



Na mesma data, foi inaugurada a sede do Instituto de Contas, ao lado do prédio do TCE/TO.

O conselheiro José Jamil Fernandes Martins sucedeu Herbert de Almeida como presidente do órgão, no dia 6 de janeiro de 2003, e também atuou por dois mandatos consecutivos, sendo que, a par-

do Ministério do Planejamento e com a contrapartida dos Tribunais de Contas.

A conselheira Doris de Miranda Coutinho tomou posse no dia 8 de fevereiro de 2007, para o biênio 2007/2008. Ela ressalta que, nesse período, foi implantado o Programa de Formação de Agentes Públicos (Formap) e desenvolvida uma nova ferramenta na área

*Sessão do  
Pleno com sua  
composição atual*



Foto: ASCOMTCE/TO

tir de março de 2006, passou a responder pela presidência o conselheiro Manoel Pires dos Santos, então vice-presidente.

Coube ao conselheiro Jamil a missão de implantar o Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Municípios e do Distrito Federal (Promoex), financiado pelo BID, por meio

tecnológica, o Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública (Sicap).

#### **ATUAL GESTÃO**

Alçado ao cargo de presidente pela primeira vez em 30 de janeiro de 2009, o atual dirigente do TCE/TO, Severiano Costandrade, foi reconduzido em 4 de fevereiro de 2011.

Sua gestão priorizou, entre outras ações, a implantação de programas voltados para a orientação de gestores e servidores públicos e a aproximação do órgão com a sociedade. No período à frente da Corte de Contas Tocantinense, ainda concluiu a realização do quarto concurso público da Instituição.

O conselheiro Severiano também rompeu divisas com o nome do TCE/TO ao assumir, por dois mandatos consecutivos – o segundo em andamento – a presidência do Instituto Rui Barbosa (IRB), associação civil de estudos e pesquisas dos Tribunais de Contas do Brasil.

#### **NOVA CONSELHEIRA**

Com a aposentadoria do conselheiro José Jamil Fernandes Martins, em abril de 2011, tomou

posse em sua vaga a advogada Leide Maria Dias Mota Amaral, no dia 18 de maio de 2011.

“Ser conselheira do Tribunal de Contas do Tocantins é mais que um desafio. Tenho orgulho de realizar este nobre ofício em benefício da sociedade, pois sempre foi o meu norte: trabalhar em prol do cidadão. Seja como advogada, como líder sindical, por 14 anos, ou como a primeira mulher do Brasil a fazer parte do Conselho da Confederação Nacional da Indústria. E a expectativa é que, para os próximos anos, a atuação do Tribunal de Contas traga mais benefício para a sociedade e seja marcada por contínuos avanços de gestão, na infraestrutura do órgão e no trabalho incansável de todos os colaboradores”, destaca a conselheira.

## **Primeiros Auditores**

### *Corpo Especial de Auditores começa a tomar forma*

Os dois primeiros auditores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins foram nomeados em 27 de fevereiro de 1989. José Wagner Praxedes e Rosa da Silva Aquino se juntaram aos três conselheiros da primeira composição e a alguns poucos servidores, para dar início à implantação do TCE/TO. Em junho do mesmo ano, outros auditores se juntaram ao grupo, mas o quadro só ficaria completo a partir de 1991, com a posse dos aprovados no

primeiro concurso público.

Convidado para ocupar um cargo na nova unidade da Federação, José Wagner Praxedes, então secretário municipal da Administração de Araguatins, licenciado da extinta Nuclebrás, do Estado de Goiás, atendeu prontamente ao chamado, mas deixou clara sua preferência: queria desempenhar uma função técnica no novo governo. “Eu fui convidado para ser auditor. Mas como não

*Confraternização de  
auditores e servidores  
no início da  
década de 90*



havia sido nomeado ninguém, eu fazia praticamente tudo”, conta o hoje conselheiro Wagner Praxedes, ex-presidente nas gestões de 1995-1996 e 1997-1998.

“Eu e Wagner viemos para Goiânia fazer um treinamento no tribunal daqui para dar início aos primeiros trabalhos de funcionamento do órgão. As dificuldades eram muitas na época”, lembra Rosa Aquino, hoje auditora aposentada e residindo em Goiânia (GO). “Minha rotina se chamava trabalho, mesmo porque não tínhamos muito com que nos ocuparmos.”

Poucos dos que ingressavam no tribunal em 1989 conheciam o funcionamento de um órgão de controle externo. “Para eu ser ad-

mitido, fui primeiro a Goiás entender como era o funcionamento de uma corte de contas. Retornando e vendo nossa realidade, nos deparamos com muitas dificuldades”, conta Moisés Labre, que entrou no tribunal como consultor contábil e assumiu o posto de auditor no primeiro concurso, em dezembro de 1990.

O atual coordenador do Corpo Especial de Auditores, Márcio Aluizio Moreira Gomes, também participou da fase de implantação do Tribunal de Contas. “Cheguei na criação do TCE, mas meu ato de nomeação só saiu em junho de 1989. Vivenciei o período de Miracema”, recorda-se.



O maior desafio que enfrentavam era formar um quadro de pessoal em um lugar com poucos recursos humanos e sem nenhuma estrutura física. “Conhecimento técnico a gente tinha, mas não tinha estrutura física e de pessoal”, conta Orlando Alves da Silva, que ingressou no TCE como técnico de Controle Externo e passou a auditor no primeiro concurso público. Outro problema foi a herança de processos do Tribunal de Goiás referentes aos velhos-novos municípios tocantinenses. “Nós esperávamos que Goiás concluísse os processos, mas do jeito que estavam, pararam logo que foi promulgada a Constituição”, relata Orlando.

Servidora em Goiás na área contábil,

Ana Peres de Souza entrou no Tribunal de Contas do Tocantins como analista financeira, inicialmente à disposição pelo governo goiano, mas fez opção pelo Tocantins e mais tarde efetivou-se como auditora no primeiro concurso do TCE/TO. Nascida em Miracema, vivenciou o período de turbulência na Capital provisória do Estado. “O que mais dificultava era que a gente não tinha moradia adequada, restaurantes... era uma cidade pequena e de repente chegaram cinco mil moradores.” Aposentada como auditora, Ana Peres atualmente ocupa o cargo de diretora-geral de Administração e Finanças da Secretaria da Habitação do Estado do Tocantins.

Foto: Acervo pessoal



*Conselheiro Antônio Gonçalves, auditores e procuradores em frente ao Palacinho, em 1990*

## CORPO ESPECIAL DE AUDITORES

### *AUDITORES EM EXERCÍCIO*

Márcio Aluízio Moreira Gomes - *Coordenador*

Adauton Linhares da Silva

Fernando Cesar Benevenuto Malafaia

Jesus Luiz de Assunção

José Ribeiro da Conceição

Leondiniz Gomes

Márcia Adriana da Silva Ramos

Maria Luiza Pereira Meneses

Moisés Vieira Labre

Orlando Alves da Silva

Parsondas Martins Viana

Wellington Alves da Costa

### *NOMEADO COMO CONSELHEIRO*

José Wagner Praxedes

### *APOSENTADOS*

Rosa da Silva Aquino

Ana Peres de Souza

Yassuo Mochida

Edmilson Dantas

### *IN MEMORIAN*

Nivaldo Pereira dos Santos

## Primeiros Procuradores

*Pioneirismo do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas*

Foto: Márcio di Pietro



*Procuradores  
dividiam a mesma  
sala para trabalhar.  
Registro de 1992*

O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, embora o mais novo, foi um dos pioneiros do Brasil na instalação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, conforme previsto na Constituição Federal de 1988.

O procurador aposentado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM/GO), Ibamar Tavares, foi o primeiro a assumir o cargo de procurador-geral. Natural de Pedro Afonso, ele foi convidado para reforçar a equipe do TCE/TO, devido a sua experiência na atividade de controle

externo. Contribuiu para a elaboração das leis que passariam a nortear os trabalhos do TCE/TO. “O Ibamar que coordenou o processo inicial. Ele atuou primeiro como uma espécie de diretor-geral do Tribunal”, recorda-se o conselheiro José Wagner Praxedes. Ibamar faleceu em 18 de janeiro de 2003.

O quadro de procuradores começou a ser formado ainda em 1989. O atual conselheiro Herbert Carvalho de Almeida foi o primeiro a ser nomeado, em junho de 1989. Responsável por elaborar os primeiros pareceres e

requerimentos, enfrentou as dificuldades da instalação do órgão, como a falta de estrutura física para o trabalho dos procuradores. “Isso sem deixar de fiscalizar e até de ensinar um administrador a prestar suas contas”, lembra Herbert, que tomou posse como procurador-geral em março de 1991.

Do grupo de procuradores que ingressou nos primeiros anos do TCE/TO, apenas três continuam no exercício do cargo: Litza Leão Gonçalves, Raquel Medeiros Sales de Almeida e Zailon Miranda Labre Rodrigues.

A procuradora Raquel ingressou no Tribunal de Contas em julho de 1990 e lembra que, além das dificuldades em termos de infraestrutura, os primeiros servidores carregaram consigo a responsabilidade de participar da instalação de um órgão responsável pela fiscalização do dinheiro público. “Eram grandes as dificuldades e maiores ainda as responsabilidades dos primeiros conselheiros, auditores, procuradores e técnicos do tribunal”, conta.

Outro momento lembrado pela procuradora foi a chegada dos primeiros computadores na instituição, bem como a adoção dos primeiros sistemas informatizados de auditorias e os primeiros passos da modernização do TCE. “Participei do primeiro projeto

de modernização do TCE, denominado Promotec, eu fui a coordenadora do componente Legislação, que culminou com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas.”

Em 1990, também começou a integrar o quadro do Ministério Público de Contas, a procuradora Litza Leão Gonçalves. Ela destaca o aprendizado adquirido com o trabalho no órgão, tanto no aspecto profissional como em termos de experiência de vida. “Nós trabalhávamos com balançetes, e vinham aqueles montes de documentos nas pastas AZ. Éramos 14 servidores dividindo uma sala, mas foi uma época de muito aprendizado”, recorda. Sobre a evolução da instituição ela chama atenção para a melhoria constante do trabalho educativo junto aos jurisdicionados, uma vez que a capacitação sempre foi alvo da atenção das gestões.

O procurador Zailon destaca o caráter pioneiro do Tribunal de Contas, com a instalação do Ministério Público Especial. Ele assumiu o cargo em 1991, no primeiro concurso público realizado pelo TCE/TO, já incluindo os cargos de procuradores de contas. “Até então poucos Tribunais no Brasil tinham quadro de procuradores do Ministério Público Especial de Contas.”



## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

### *PROCURADORES-GERAIS*

Ibamar Tavares – *In memorian*  
*Mandato - 09/03/1989 a 31/12/1991*

Maria Lourdes César da Fonseca  
*Mandatos - 02/01/1992 a 07/02/1992 e*  
*03/07/1995 a 31/12/1995*

Herbert Carvalho de Almeida  
*Mandatos - 07/02/1992 a 13/12/1993 e*  
*13/12/1993 a 03/07/1995*

Aparício José da Silva Ramos Varanda  
*Mandatos - 02/01/1996 a 06/01/1998 e*  
*07/01/1998 a 24/02/1999*

Alberto Sevilha  
*Mandato - 04/03/1999 a 01/01/2003*

Oziel Pereira dos Santos  
*Mandato - 02/01/2003 a 01/01/2004*

Márcio Ferreira Brito  
*Mandatos - 02/01/2004 a 31/12/2005 e*  
*02/01/2006 a 31/12/2007*

João Alberto Barreto Filho  
*Mandato - 19/12/2007 a 31/12/2009*

Oziel Pereira dos Santos  
*Mandatos - 01/01/2010 a 31/12/2011 e*  
*01/01/2012 a 31/12/2013*

### *PROCURADORES EM EXERCÍCIO*

Alberto Sevilha

João Alberto Barreto Filho

José Roberto Torres Gomes

Litza Leão Gonçalves

Márcio Ferreira Brito

Marcos Antônio da Silva Módés

Oziel Pereira dos Santos

Raquel Medeiros Sales de Almeida

Zailon Miranda Labre Rodrigues

### *APOSENTADOS*

Maria Lourdes César da Fonseca

Aparício José da Silva Ramos Varanda

Fausto Magalhães Crispim

José Fleury de Araújo Faria

Alonso de Moraes

Jasmina Lustosa Bucar

Joaquim José de Oliveira

Maria do Socorro Matos de Oliveira

### *IN MEMORIAN*

Ibamar Tavares

Pedro do Carmo Ramos Jubé

Azarias Porto de Abreu

Rubens Ferreira da Silva



## Primeiros Servidores

*Pioneiros da construção do TCE*

Foto: Acervo pessoal

*Grupo de servidores  
pioneiros do  
TCE/TO, em registro  
de 1990*



Os primeiros servidores do Tribunal de Contas do Estado começaram a ser nomeados nos primeiros meses de 1989. Com uma estrutura administrativa completa por fazer, o órgão se organizava aos poucos. O motorista Luís Lima Matos foi o primeiro a ser contratado. Sua nomeação saiu no dia 8 de fevereiro de 1989, pouco depois da posse dos conselheiros aos quais servia como motorista, conduzindo o único veículo do órgão: um Chevette prata, “se não me enganar”, arrisca o servidor.

“Não tinha nem noção do que era o tribunal, só sabia que era um emprego”, conta Matos sobre o convite que recebeu para trabalhar no órgão. Convite que não veio à toa. Motorista experiente da prefeitura de Ara-

guatins, conhecia como poucos as precárias e difíceis estradas do Tocantins daquela época. “Fui convidado porque era capacitado, conhecia tudo por aqui, dirigia bem, nunca tive nenhum acidente”, diz orgulhoso o motorista, próximo de se aposentar, após servir ao TCE/TO por 23 anos.

A técnica de Controle Externo Sílvia Cerqueira está entre os pioneiros. Vinda de Brasília, foi nomeada no dia 22 de maio de 1989. “Eu fazia tudo. Era responsável pelo suprimento de fundos do tribunal, fazia folha de pagamento, nota de empenho, comprava e pagava, tudo na datilografia, eu mesma que fazia”, recorda-se.

Sílvia atuou diretamente na contratação dos primeiros servidores e conta como foi:

“No primeiro ‘decretão’ que teve de nomeação de funcionários, eles foram empossados no dia 1º de junho de 1989. Até então eram poucos funcionários. Aí saiu um decreto grande, e as pessoas começaram a tomar posse. Quem dava posse era eu”.

#### ENTUSIASMO

O entusiasmo com a criação do novo Estado brasileiro contagiou os primeiros servidores do Tribunal de Contas, que se orgulhavam de fazer parte dos quadros do órgão. “Estava todo mundo contente com essa libertação de Goiás, o Norte ser reconhecido. Estava todo mundo alegre, porque estava se criando o Estado e tudo nas-

cia, tudo era um filho novo”, define Altair Machado Perna, que iniciou no tribunal como auxiliar técnica e hoje é analista de Controle Externo.

Para Altair, é agradável lembrar toda a história de implantação e crescimento do TCE/TO. Ela gosta de pensar no tribunal como um filho que estava nascendo e precisava ser cuidado. “Comparo como a vida de uma pessoa, que a gente vai tomando conta até completar a maioridade. O Tribunal do Tocantins não esperou a maturidade para ele crescer, nunca parou na história.”

Natural de Pedro Afonso, Elinete Barnabé Machado morava em Goiânia quando o Tocantins foi criado. Decidiu voltar para o

Foto: ASCOM TCE/TO



*Mais de 20 anos depois, alguns dos servidores pioneiros posam para foto em frente a atual sede do TCE/TO*

Estado e foi contratada como mecanógrafa. “Já conhecia algumas pessoas em Miracema, e fui conhecendo novas pessoas. Morava em casa de amigos, depois começamos a morar junto com os colegas. Trabalhava todo mundo junto, em um galpão, e tinha várias mesas dentro dessa sala grande”, recorda-se Elinete, que hoje é técnica de Controle Externo.

Se naquela época a tecnologia passava longe do Tocantins, a comunicação não era diferente. Joana dos Reis Guimarães lembra-se até hoje de como eram feitas as ligações telefônicas naquela época. Joana foi contratada como telefonista em 1989, ainda em Miracema. “Tinha duas linhas telefônicas. Na sala do presidente tinha um ramal. Quando recebia ligação para al-

guém, tinha que ir nas salas chamar a pessoa, naquela época não tinha como transferir uma ligação.”

Na Avenida Maranhão, onde ficava o anexo do TCE/TO e trabalhava o pessoal do Controle Externo, havia uma extensão telefônica, conta Joana. “Na época a gente achava normal porque não conhecia o que tem hoje”, diz a servidora, que atualmente ocupa o cargo de assistente de Controle Externo. “Fiquei muito tempo como telefonista, aí em Palmas já era PABX, com vários ramais. Já sabia decorados todos os telefones de Palmas”, orgulha-se.

#### FORMAÇÃO

Marilda Piccolo entrou no tribunal como revisora, mas seu trabalho ia além, atuava também como uma espécie de formadora dos novos servidores. “Meu trabalho maior era revisar as resoluções. Mas sempre que contratava alguém, novas servidoras, eu ficava com elas. O telefone tocava, eu atendia e ia fazendo essa formação com as meninas”, conta Marilda. Segundo ela, a capacitação dos servidores esteve presente no tribunal desde o início. “Quando chegava um servidor novo, existia essa preocupação de passar com as pessoas em todas as salas, apresentar os setores do TCE/TO. Hoje temos o Instituto de Contas, que busca muito isso, fazer essa capacitação do pessoal novo.”

#### SERVIDORES

*Até dezembro de 1989, o Tribunal de Contas possuía apenas 46 servidores nomeados em comissão. Atualmente, os quadros do TCE/TO somam 511 pessoas, entre membros, servidores efetivos, comissionados e à disposição. Foram realizados concursos públicos em 1990, 1992, 1998 e 2009.*





*A capacitação dos servidores sempre esteve presente no TCE/TO. Registro de curso realizado em 1995*

Recém-formado em Economia, João Carlos Ribeiro desembarcou em Miracema em busca de emprego na sua área. Foi selecionado para uma entrevista no tribunal e logo foi contratado. “Eu encarei como um desafio e caí logo na parte de orçamento. Fui tendo contato com a contabilidade pública, orçamento público, e logo já estava estudando o tema. Foi onde tive contato com essa legislação mais específica na área pública”, explica João Carlos, que hoje é coordenador de Licitação do TCE/TO.

#### **ORGULHO**

Para os primeiros servidores do TCE/TO, as dificuldades que os pioneiros enfrentaram no início valeram a pena. “Nada foi em vão, eu tenho orgulho. A gente viu o crescimento do Tocantins inteiro, porque a gente trabalhava de Norte a Sul”, diz Elinete Barnabé. Com esse mesmo sentimento, o motorista Luís Matos resume sua satisfação em fazer parte da história do tribunal: “Me sentia uma peça fundamental para transportar os auditores e técnicos nas viagens para fazer as auditorias. Eu dava apoio àquele grupo, valeu a pena”.

## Resolução do primeiro processo protocolado no TCE/TO



ESTADO DO TOCANTINS  
TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO Nº 004/89

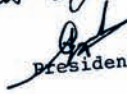
Vistos, oralmente expostos e discutidos os presentes autos, de nº 0001/89 em que o Prefeito Municipal de Pindorama do Tocantins, Sr. Antônio Sérgio Fernandes Batista, solicita Parecer prévio deste Egrégio Tribunal de Contas, acerca de aumento de subsídios da edilidade local, com base na Resolução nº 032/89, de 09 de Junho de 1.989, de autoria da Câmara Municipal,


### RESOLVE

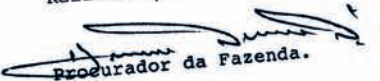
O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, pelos membros integrantes de seu Colegiado, adotando como razões de decidir, o pronunciamento da Procuradoria Geral da Fazenda e o Parecer da Auditoria Financeira e Orçamentária, que passam a integrar esta Resolução, manifestam ao insigne consulente, o entendimento de que a Resolução nº 032/89, que "fixa" a remuneração da edilidade de Pindorama do Tocantins na legislação atual para nela mesmo vigorar, é inaplicável, por contrariar o dispositivo Constitucional contido no art. 29, V da Carta Magna, de vinda de consequência, prevalecer, para a atual Legislatura (1989/1992), o último ato regularmente votado (Resolução nº 41/88 de 05.12.88) pela Câmara Municipal, que "fixa" o subsídio de seus membros.

À Secretaria Geral, para as providências.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS,  
em Miracema do Tocantins, aos 18 dias do mês de Julho de 1989.

  
Presidente.

Relator. 

  
Procurador da Fazenda.

Fui Presente:



# 4

## Primeiros Processos

### *Artesãos do Tribunal de Contas*

Quando o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins foi instalado, em 1989, não havia qualquer estrutura para começar a operar a fiscalização e o controle das contas públicas. Mas já havia muito trabalho a fazer, porque os processos dos novos municípios tocantinenses, que naquela época eram 79, foram herdados do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM/GO) no estágio em que se encontravam quando o Tocantins foi criado. “Os processos estavam sendo feitos normalmente no TCM de Goiás. Eles pararam tudo quando criou o Estado. Separaram todos os processos relativos aos municípios do Paralelo 13 para cima”, conta o conselheiro José Wagner Praxedes.

A cena da chegada desses processos está guardada na memória daqueles que viveram os primeiros meses de vida do

TCE/TO. “Chegaram os caminhões trazendo os processos de Goiás e foram divididos entre os técnicos”, conta o auditor Márcio Aluizio Moreira Gomes. “Todas as contas chegaram em um caminhão coberto com lona, com as pastas AZ com todos os documentos, as notas fiscais...”, completa o auditor Moisés Vieira Labre. Mas, segundo Praxedes, aquela documentação toda ainda ficou um tempo parada. “Ninguém tocou em processo. Uns três meses depois que nós começamos a mexer nesses processos. Aí foi um mutirão”, recorda-se.

Com a missão de colocar toda a papelada em dia e sem contar ainda com um quadro de pessoal tecnicamente qualificado, a saída foi enviar os poucos técnicos para Goiânia, a fim de receber treinamento e instruções sobre os processos. “Fizemos algumas viagens a Goiânia para



colher informações sobre como fazer a análise dessas contas”, diz o analista João Carlos Ribeiro. “Embora não soubéssemos direito o que fazer, o trabalho era nosso. Com muito trabalho, muito empenho dos pioneiros, demos conta do recado”, afirma Moisés Labre, que destaca, porém, o esforço da equipe para realizar um trabalho de qualidade: “As pessoas tinham capacidade, pela sua formação, os cursos que elas tinham, mas sem experiência do trabalho em si. Não significa que a gente não verificava os processos. Com a formação individual das equipes, essas pessoas terminavam fazendo grandes relatórios, grandes trabalhos”.

#### VOLUME

Naquela época, as prestações de contas eram mensais, e o volume de documentos era muito grande. “Era muito papel, porque vinham todas as notas de empenho, todos os documentos que geravam despesas. A gente, quando ia analisar o processo, não podia juntar dois, três processos numa mesa, porque não cabiam”, conta Wagner Praxedes. A auditora Maria Luíza Pereira Meneses relata que os assuntos técnicos eram repassados pelo Tribunal de Goiás, “inclusive, com o encaminhamento de servidores daquela Corte, que ministravam cursos e nos orientavam na emissão de pareceres e despachos”.

Mas, além da documentação recebida de Goiás, os municípios demandavam novas

contas, novos processos. As maiores dificuldades ainda estavam por vir, porque as prefeituras, tal como o novo Estado, não tinham estrutura. “Os municípios vinham e jogavam aquele monte de pastas. Quem já sabia algo ia repassando para o outro”, diz Elinete Barnabé Machado, servidora pioneira e hoje presidente da Associação dos Servidores do TCE (Astec). Márcio Aluizio completa: “Chegava documentação em sacos, caixas de papelão, a gente praticamente montava os balancetes, fazia o trabalho do computador. Um passado recente que a gente lembra bastante, e olha para o futuro com muita esperança”.

“O técnico chegava às prefeituras e não tinha nada, estava tudo atrasado. A gente fazia mais um trabalho pedagógico do que de fiscalização”, conta o auditor Orlando Alves da Silva. Segundo ele, a maioria dos contadores que prestavam serviços às prefeituras era de Goiânia ou de Imperatriz, no Maranhão. Não raro as equipes encontravam prefeituras fechadas ou sem qualquer documentação para ser analisada.

#### FEITO A MÃO

Há 23 anos, computador ainda era artigo raro no Brasil. No Tocantins, nem se ouvia falar. Assim, praticamente todos os documentos, incluindo pareceres, resoluções e despachos, precisavam ser redigidos a mão e depois datilografados.

Exemplo disso é o primeiro processo protocolado no TCE/TO, sob o número 001/89, que consistia em uma consulta encaminhada pelo então prefeito do município de Pindorama do Tocantins, Antônio Sérgio Batista. O gestor solicitava o posicionamento do tribunal sobre aumento dos vencimentos dos vereadores aprovado pela Câmara Municipal. Em resposta à consulta, a Resolução nº 004/89, assinada pelo então presidente do órgão, Antônio Gonçalves, pelo relator do processo, José Ribamar Meneses, e pelo procurador Ibamar Tavares, manifestava

pela inaplicabilidade do reajuste naquela legislatura (veja reprodução da resolução na pág. 38).

A aquisição de máquinas de escrever elétricas, consideradas modernas na época, foi vista como um progresso. “Tinha quatro datilógrafos e máquinas de escrever elétricas, que já eram uma evolução. Era muito serviço e os meninos não davam conta. De vez em quando a gente ajudava, dava uma de datilógrafo”, conta João Carlos Ribeiro. O profissional multitarefa, tão na moda hoje em dia, era uma necessidade no início do

Foto: Márcio di Pietro



*Instalação da  
inspetoria de  
Tocantinópolis,  
em 1993*

TCE/TO. “Era tudo manual, conta na ponta da caneta, fazer gráficos, quadros na calculadora, datilografando”, explica João Carlos Ribeiro, que completa: “mas foi muito bom, muito gratificante”.

É nas palavras do auditor Orlando Alves da Silva que se encontra a definição perfeita para o trabalho que era realizado na época da instalação do TCE/TO: “Fomos artesãos. Papel por papel... peça por peça, tudo feito a mão. Pelas dificuldades que nós tivemos, o TCE tem um acervo técnico dos melhores do país”. Orlando não se esquece da frase de uma conselheira do Tribunal do Amapá, por ocasião de uma visita ao TCE/TO para conhecer o trabalho do órgão: “Se arrancar um papel desse aqui sai sangue, porque tudo é feito com amor”.

### RITO

A primeira sessão oficial da Corte do TCE foi realizada somente em 1993, mas antes disso os três conselheiros se reuniam para julgar as prestações de contas dos gestores públicos. Em uma das salas da sede alugada em Miracema, ficavam o Dr. Gonçalves, presidente da Corte, os conselheiros João de Deus e José Ribamar e o procurador-geral Ibamar Tavares. “Quando os processos começaram a seguir um rito, aí vinham para o Ibamar, que distribuía para os conselheiros.

Tinha um rito, até as falas da Auditoria e da Procuradoria praticamente eram o rito de hoje”, recorda-se Wagner Praxedes.

A auditora Maria Luíza Meneses explica como era o trâmite dos processos: “Os processos de contas eram feitos em pasta AZ. Antes, a instrução processual ocorria em Miracema. Depois, passou a ser realizada em Palmas. Posteriormente, a Auditoria e a Procuradoria se manifestavam e eram julgados pelos três conselheiros. O Pleno já funcionava na sua totalidade, composto de três membros, usando a sua respectiva beca - vestuário próprio -, presidido pelo presidente do TCE/TO, com a presença da secretária, fazendo o uso da Ata, destinada a registrar os julgamentos ocorridos”.

### INSPETORIAS

Uma auditoria *in loco* que hoje não passa de três, quatro dias, naquele tempo demorava 15, até 30 dias. “Na fiscalização a gente rascunhava e trazia para formatar aqui no TCE, ou mesmo lá no município fiscalizado”, diz Márcio Aluízio. Além da falta de estrutura das prefeituras, os auditores enfrentavam outros desafios para fiscalizar as contas dos municípios: longas distâncias, estradas ruins e acessos precários, sem contar que o órgão possuía apenas uma caminhonete para as fiscalizações *in loco*, como lembra Maria Luíza Meneses.



Para descentralizar os trabalhos do controle externo e aproximar o Tribunal de Contas dos municípios, foram criadas as inspetorias regionais. Graças às inspetorias, a análise de contas municipais ficou mais ágil, porque permitia que prefeitos de cidades distantes da Capital recebessem orientação.

As quatro primeiras inspetorias regionais foram criadas na gestão do Dr. Gonçalves – Araguatins, Colinas, Paraíso e Taguatinga. Posteriormente, foram

ampliadas na gestão de João de Deus, chegando aos municípios de Araguaína, Arraias, Dianópolis, Gurupi, Miracema, Pedro Afonso, Porto Nacional e Tocantinópolis. “Além do avanço técnico, teve o lado social muito bom. A maioria dos técnicos das inspetorias fez curso superior naquela época”, avalia o auditor Orlando Alves da Silva. A Resolução Normativa nº 02 de 17 de março de 1999 extinguiu as inspetorias, porque a estrutura já não era mais considerada eficiente.

Foto: ASCOMTCE/TO



*Reunião com os 12 inspetores regionais na então sede do TCE/TO, em Palmas, em 1995*

*Vista da região  
onde hoje se  
localiza a sede  
do TCE/TO, em  
1990...*

Foto: SECOM/TO



*...e em 2012*

Foto: ASCOM TCE/TO



# 5

## Transferência para Palmas

*A mudança para a nova Capital do Estado*

Com a instalação da Capital definitiva do Tocantins em Palmas, no dia 1º de janeiro de 1990, o Tribunal de Contas também começou o processo de transferência de Miracema para a nova cidade-sede da administração estadual. Mas esse processo não se deu de uma só vez. Ao longo de um ano, parte dos servidores se submetia a viagens diárias entre Miracema e Palmas, quando a estrada ainda era de terra e as pontes de madeira. “Quando viemos para Palmas, eu continuei morando em Miracema e vinha todos os dias para a Capital. Saía 5 horas da manhã, encarava 23 pontes, estrada de chão, muita poeira...”, conta o auditor Márcio Aluizio Moreira Gomes.

A imagem de Palmas naquela época vista de cima está guardada até hoje na memória da assistente de Controle Externo Joana dos Reis Guimarães. “Quando a Capital mudou para cá, vim junto com o presidente, Dr.

Gonçalves, num avião ‘teco-teco’. Parecia uma fazenda, só se viam as avenidas abertas, cruzando umas com as outras, tudo sem casa. Era só a poeira.”

Uma das primeiras pessoas a se mudar para Palmas, a auditora aposentada Rosa Aquino conta algumas das dificuldades que enfrentou no início: “Moravam várias pessoas em uma casa pequena. Pessoas com idades, idealismos e comportamentos diferentes. As condições eram mínimas, pois não tinha energia, água encanada, nem mercado e padaria. Era realmente muito difícil, mas ao mesmo tempo divertido. Eu tinha um entusiasmo contagiante”.

### PRIMEIRA SEDE EM PALMAS

Um prédio provisório construído de madeira, chamado de Belenzinho pelos servidores, localizado nas proximidades de onde hoje estão o Ministério Público Estadual e a



Receita Federal. Essa foi a primeira sede do tribunal em Palmas, época em que a cidade começava a ser construída em pleno cerrado. “Onde a gente trabalhava, a gente se alimentava e dormia também”, lembra João Carlos Ribeiro, coordenador de Licitações e Contratos do TCE/TO. Posteriormente, quando o tribunal mudou de sede, o Belenzinho foi transformado em alojamento dos servidores.

Sem moradia em Palmas, muitos servidores mantiveram residência em Miracema e viajavam todos os dias, ou passavam a semana na Capital e voltavam para casa somente

nos fins de semana. Quem ficava tinha de se virar como podia no local de trabalho mesmo. “A gente afastava as mesas, esticava os colchões e dormia. Tinha que trabalhar com uma flanela na mão, por causa da poeira”, lembra o auditor Orlando Alves da Silva, que ficava a semana toda em Palmas trabalhando com os outros colegas para colocar em dia os processos vindos de Goiás em um caminhão.

Sem opções de lazer em uma cidade que ainda estava para ser construída, os fins de semana de descanso eram aproveitados fora da Capital. “Não tínhamos nada para fazer

*Servidores em frente à primeira sede do TCE/TO, em Palmas*



Foto: Acervo pessoal

na cidade. Nós ficávamos a semana inteira e final de semana procurávamos sair, ir para Miracema, Porto Nacional, Paraíso. As estradas eram muito ruins, muita poeira, muito perigo”, conta o auditor Moisés Labre.

Até a alimentação tinha de ser buscada nas cidades vizinhas, porque em Palmas havia dois ou três mercadinhos, insuficientes para a demanda, conta Marilda Piccolo. “Tinha que correr para fazer compras. Se eu conseguia comprar frutas, abria mão para quem tinha filho. Quando minha mãe trazia coisas de fora, eu dividia com todo mundo.”

Outra dificuldade enfrentada pelos pioneiros era o transporte. “A gente pegava carona ou a andava a pé. Mas não era fácil. Saía andando naquelas estradas de terra, com mato fechado”, diz João Carlos Ribeiro. “Eu morava na 72 (atual Quadra 706 Sul), dava carona. Se você visse alguém na rua era servidor, então todo mundo se ajudava”, conta a auditora Ana Peres. “A cidade não tinha ônibus, naquela época a gente apelidou a cidade de capital nacional da carona. Todo mundo dava carona para todo mundo. A maioria dos órgãos era tudo junto, então todos se conheciam”, completa Sílvia Cerqueira.

#### VILA DOS DEPUTADOS

As primeiras casas foram construídas na chamada Vila dos Deputados, hoje Quadra

110 Sul. Então presidente do TCE/TO, Dr. Gonçalves transformou a própria casa em uma espécie de república para os servidores do órgão que precisavam passar a semana em Palmas ou que não tinham moradia. Ana Peres lembra com carinho da acolhida de Dr. Gonçalves. “Ele não foi só um presidente, foi um pai para todos. Era aquele que botava você no carro e levava ao médico, passava na farmácia e comprava o remédio... era um porto seguro.”

#### NOVO ENDEREÇO

A partir de 1991, o Tribunal de Contas deixou o Belenzinho e se instalou em um dos prédios destinados às secretarias de Estado. Dividia espaço com o Tribunal de Justiça e a Procuradoria-Geral de Justiça. Ainda assim, o novo local já passava a oferecer melhores condições de trabalho.

A nova sede passou a abrigar também a biblioteca do tribunal, implantada em março de 1991, passando a contar com mais de 1.200 títulos no primeiro ano de funcionamento. Além disso, casas do antigo canteiro de obras do governo abrigavam algumas seções do tribunal.

A estrutura principal do tribunal permaneceu na sede provisória até o início de 1999, quando foi inaugurada a sede definitiva, na Avenida Theotônio Segurado, próximo à Praça dos Girassóis.

## FAMÍLIA

“Quando veio parte do tribunal para Palmas e parte ficou em Miracema, nós que viemos para cá éramos como uma família”, define Ana Peres sobre o período de implantação do TCE/TO na Capital. Para ela, as dificuldades como o calor, mosquitos e a poeira não foram suficientes para sufocar o entusiasmo dos pioneiros. “Todo mun-

do tinha muito amor pelo trabalho, tinha perspectiva no Estado, queria contribuir de toda maneira, porque era a nossa região”, afirma, e completa: “É gratificante saber que a gente participou desde o primeiro dia disso aqui”.

Para Elinete Barnabé, os primeiros servidores eram como uma irmandade. “Amigos tão íntimos como se fossem da família.”

Foto: Acervo pessoal

*Novembro de 1990, servidores comemoram vitória do time de futsal da Astec, em campeonato realizado em Cristalândia*





## *Processo de Modernização do Tribunal de Contas*



*Tecnologia, estrutura física, capacitação, gestão de pessoas, planejamento, transparência e incentivo ao controle social são algumas das marcas do processo de modernização do TCE/TO.*

## Construção da Sede

*Lançamento da pedra fundamental, em 5 de outubro de 1995*



Fotos: ASCOMTCE/TO

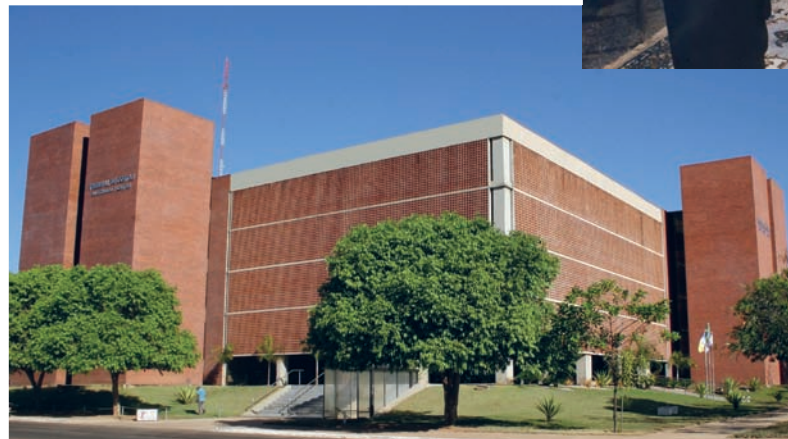


*Obras, iniciadas em junho de 1996*



*Inauguração da sede, em 4 de janeiro de 1999*

*Vista atual*





# 6

## Tribunal de Casa Nova

### *Estrutura e espaço físico*

A mudança da estrutura do TCE/TO para sua sede definitiva ocorreu em 1999. “Tomei posse como conselheiro, em janeiro de 1995, no Palácio Araguaia, mas fiz questão que a posse como presidente, três dias depois, fosse no tribunal. Nosso plenário, se entrassem cinco pessoas, não cabia mais ninguém”, conta o conselheiro Wagner Praxedes, a quem coube a missão de construir a sede definitiva do TCE/TO. O terreno próximo a Praça dos Girassóis, na área Norte do Plano Diretor, na Avenida Theotônio Segurado, havia sido adquirido pelo tribunal na gestão do conselheiro Antônio Gonçalves de Carvalho Filho.

“A minha grande preocupação era construir a sede”, diz Praxedes, que para garantir a finalização da obra, mudou seu gabinete

para o prédio ainda em fase de acabamento. “Não tinha elevador, não tinha nada. Fiquei despachando daqui para ficar em cima, cobrando, fiscalizando a obra. Fiz minha obrigação como presidente. O momento de construir era aquele”, conclui o conselheiro. Coube ao conselheiro Herbert Carvalho, posteriormente, realizar o acabamento e mobiliar, além de entregar o auditório do TCE/TO, que leva o nome de Brigadeiro Felipe Antônio Cardoso.

O prédio possui uma área construída de 7.892 m<sup>2</sup> distribuídos em quatro pavimentos, mais o subsolo. Para se ter uma ideia, a sede anterior tinha apenas 1.248 m<sup>2</sup>, dos quais 645 m<sup>2</sup> correspondiam a dois anexos provisórios, construções remanescentes do canteiro de obras.

## Prédio Anexo

Um novo espaço para o Tribunal de Contas do Tocantins trará ainda melhores condições de trabalho para os servidores e maior conforto no atendimento ao público externo. Está em andamento a construção do prédio anexo com 5.732m<sup>2</sup> de área construída, cuja obra, orçada em R\$ 11 milhões – recursos do

Tesouro Estadual – teve início em julho de 2010. O prédio terá sete pavimentos, mais o subsolo, um túnel e uma passarela aérea interligando-o à sede. No anexo devem funcionar a presidência, relatorias, diretorias de Controle Externo, Corpo Especial de Auditores e Ministério Público de Contas.



*Obras do prédio anexo, iniciadas em julho de 2010*

Fotos: ASCOMTCE/TO

*Estágio da obra em novembro de 2012*





## Lei Orgânica

*Legislação permitiu avanços*

No dia 17 de dezembro de 2001, entrou em vigor a terceira e atual Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins. A criação dessa Lei está fortemente ligada ao processo de modernização pelo qual o TCE/TO vem passando nos últimos anos. “A apro-

brasileiros. Conta, também, que, juntamente com os conselheiros José Jamil Fernandes Martins e José Wagner Praxedes, foi pessoalmente até o então governador Siqueira Campos defender o projeto de lei e obter apoio do Executivo para sua aprovação na Assembleia

Foto: Zezinha Carvalho / SECOM/TO



*Após sancionar a Lei Orgânica do TCE/TO, governador Siqueira Campos entrega o documento ao então presidente Herbert Carvalho de Almeida*

vação dessa lei orgânica me permitiu fazer um projeto de modernização do Tribunal de Contas”, observa o conselheiro Herbert Carvalho de Almeida, presidente do órgão nas gestões de 1999-2000 e 2001-2002.

Ele ressalta, que a lei do TCE/TO é uma das mais completas entre os tribunais de contas

Legislativa.

A importância da lei é destacada pelo auditor Moisés Vieira Labre: “A Lei Orgânica de 2001 era muito avançada para o seu tempo. Se hoje estamos vivendo o processo eletrônico, é porque nossa Lei Orgânica já previa esse avanço”.

Entre os progressos que a Lei Orgânica trouxe para o trabalho do órgão de controle externo está o Artigo 16, que trata da indisponibilidade de bens de gestores cujas contas forem julgadas irregulares, “para garantir o ressarcimento dos danos apurados”, explica o conselheiro Herbert. A atualização monetária das multas aplicadas pelo tribunal também é um dos avanços da Lei Orgânica do TCE/TO. “Nos demais tribunais, ela vai ficando desatualizada e vira centavos.

Aqui no Tocantins, não. Nós podemos atualizá-la.”

A Lei trouxe outro ponto importante para o controle externo, a previsão legal do TCE/TO julgar as contas dos prefeitos, quando estes exercem as funções de ordenadores de despesas. No caso das contas consolidadas, que os prefeitos apresentam na qualidade de chefes políticos, o tribunal apenas emite um parecer prévio e encaminha para o Legislativo julgar.

## No Ritmo da Evolução Tecnológica

*Investimentos aceleram processo de informatização*

No início da instalação do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em 1989, suas ferramentas de trabalho se resumiam a máquinas de escrever, máquinas de calcular,

caneta e pilhas de papéis dos processos e da administração interna, como Recursos Humanos, Financeiro, Patrimônio e Materiais. Somente em 1990 foi implantada a Divisão

de Informática, sob a responsabilidade do diretor-geral do TCE/TO na época, auditor Aداuton Linhares. Até então, todo o trabalho era manual, lembra a auditora aposentada Ana Peres de Souza: “Nosso parecer era feito todo à mão e os meninos digitavam para nós. Aí passamos a adquirir nosso próprio equipamento”.

*Divisão de Informática, em 1992, no registro da primeira revista do TCE/TO*



Foto: Márcio di Pietro

Em 1992, a primeira edição da Revista do Tribunal de Contas anunciava que a informática havia recebido investimentos significativos nos dois anos anteriores e que o TCE/TO havia adquirido um “supermicrocomputador Dirige 8000 XQ2, com capacidade para conectar 12 terminais. Foram instaladas linhas privadas de comunicação de dados e adquirido um módulo de memória de 8 Megabytes” (*Trecho transcrito da Revista do Tribunal de Contas, 1ª edição*).

As aquisições eram consideradas ultramodernas, na época. O servidor Eli Ramos e Silva era digitador da Divisão de Informática e aparece na foto que ilustra a reportagem de 1992, reproduzida ao lado. Ao reler o texto e a descrição dos equipamentos,

então considerados altamente avançados, como, por exemplo, o módulo com capacidade de memória de 8 MB, Eli tira do bolso seu celular com cartão de memória e solta uma boa risada: “Este cartão aqui tem 8 GB, ou seja, mil vezes mais memória que o módulo relatado na reportagem”.

É da auditora Ana Peres uma das lembranças pitorescas da época. Certo dia, lembra-se, não conseguia imprimir um documento e pediu ajuda a um colega, senão “ia jogar o equipamento pela janela”. O colega examinou a impressora e, naturalmente, respondeu à auditora: “vamos colocar papel e testar?”. “Não tinha papel na impressora, por isso não funcionava”, conta, aos risos, Ana Peres.

Foto: ASCOM TCE/TO



***Coordenadorias de  
Desenvolvimento e  
de Bancos de Dados,  
da Diretoria de  
Informática,  
em 2012***



Essa dificuldade de lidar com a tecnologia era comum a todos os funcionários. “Quando chegou o computador, para a gente praticamente era um ‘bicho’, a gente evitava contato”, recorda-se o auditor Márcio Aluizio Moreira Gomes. Mas logo percebeu que tudo ficaria mais fácil, especialmente com a chegada da internet. “Uma auditoria levava até 30 dias para acontecer. Hoje, leva no máximo três, quatro dias, porque quando o técnico sai a campo, vai com todas as informações, precisa só checar os dados, é uma facilidade enorme.” A analista de Controle Externo Marilda Piccolo, que entrou no tribunal como revisora, conta que a Secretaria do Pleno foi uma das primeiras seções a trabalhar com computador. “Toda a parte de memória que o tribunal tinha que ter era de responsabilidade da Secretaria do Pleno”, explica.

Para a analista de Controle Externo Altair Machado Perna, que foi secretária do Pleno por quase duas décadas, a evolução da tecnologia exigiu do Tribunal de Contas e de seus servidores que caminhassem no mesmo ritmo, para não perder o trem da história. “E o TCE não perdeu o trem, se aperfeiçoou na emissão de pareceres, tudo veio avançando, contribuindo... se comparar os documentos emitidos naquela época com os de hoje, a gente vê o quanto o tribunal evoluiu”, orgulha-se Altair.

#### **PROMOTEC**

Um importante impulso para que o TCE/TO acompanhasse o surgimento de tecnologias mais avançadas e equipamentos mais modernos foi a implantação do Projeto de Modernização do Tribunal de Contas (Promotec), a partir de outubro de 2000. O Promotec utilizava verbas do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE), oriundas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e permitiu fortes investimentos em informática e na realização de cursos e treinamentos. “Foi um avanço danado. Com o Promotec oferecemos treinamento e aperfeiçoamento aos servidores do TCE e dos jurisdicionados”, conta o conselheiro Herbert Carvalho de Almeida.

Os recursos remanescentes do Promotec também tornaram possível o primeiro curso de pós-graduação em Auditoria Governamental, promovido pelo Tribunal de Contas em convênio com a Fundação Universidade do Tocantins (Unitins). A formatura da turma aconteceu em 2005.

#### **PROMOEX**

Hoje o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins é dotado de um parque tecnológico moderno. A política de tecnologia da informação está em sintonia com os modelos reconhecidos mundialmente, dentro

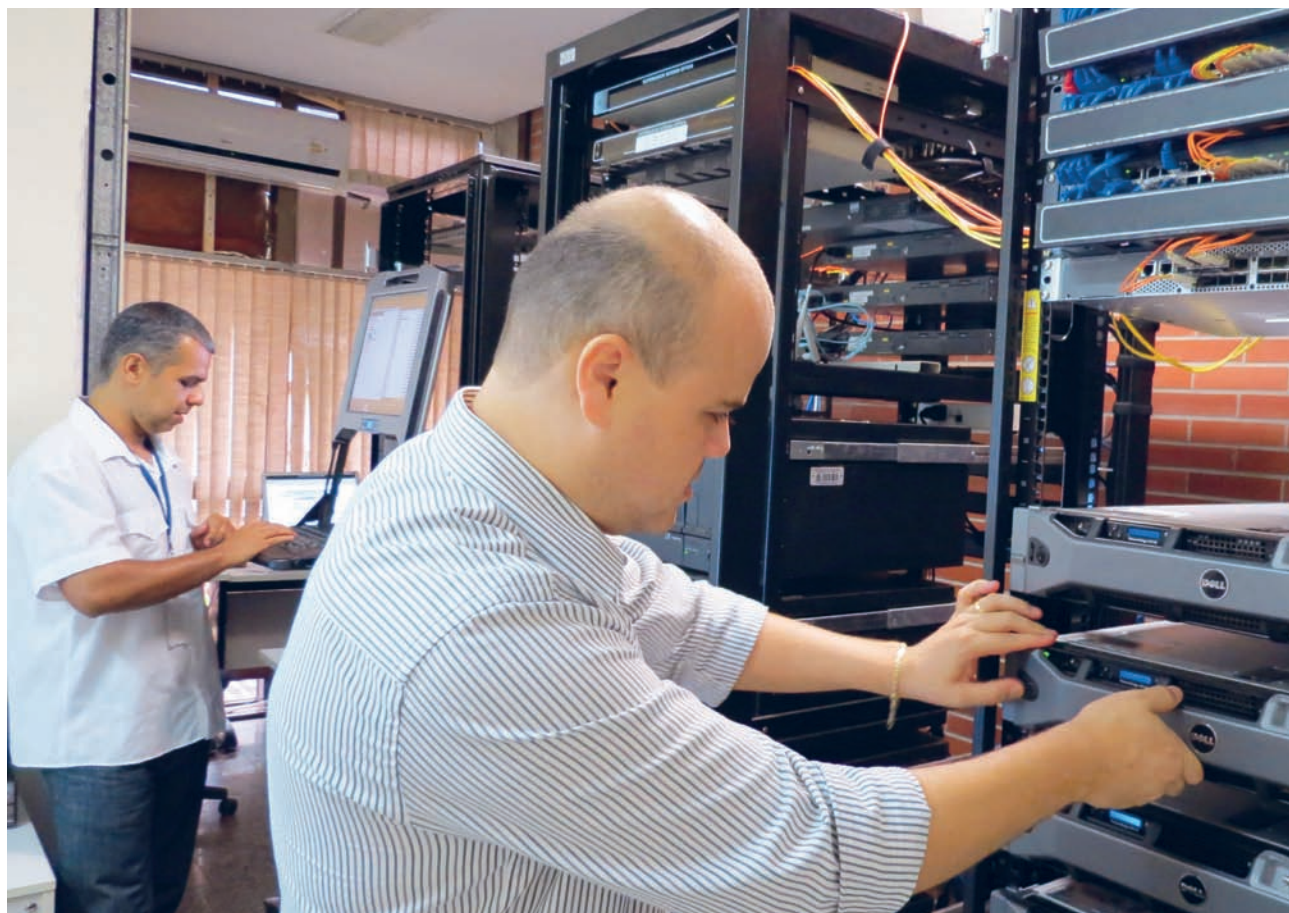
dos padrões internacionais de tecnologia. São 38 servidores de alta capacidade, que permitem o processamento de mais de 30 terabytes de dados – cada terabyte equivale a 1024 gigabytes. A tendência é que esses números só aumentem com a crescente informatização dos procedimentos do TCE/TO. Atualmente, a Diretoria de Informática administra cerca de 500 computadores e 50 sistemas, entre aplicativos, sites e serviços.

Essa evolução também tem relação direta com a implantação do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo

dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – Promoex, a partir de 2006. Financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e contrapartida dos tribunais, o programa tem por objetivo geral fortalecer o sistema de controle externo como instrumento de cidadania.

O Promoex é coordenado, em nível nacional, pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), Associação Civil de Estudos e Pesquisas dos Tribunais de Contas do Brasil, presi-

Foto: ASCOMTCE/TO



*Equipamentos são capazes de processar mais de 30 terabytes de dados*

didada pelo conselheiro Severiano Costandrade, atual presidente do TCE/TO. O programa também promoveu a integração entre membros e técnicos das atividades administrativas e de fiscalização dos tribunais de todo o País.

### SICAP

Desenvolvido pelo TCE/TO, o Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública (Sicap) constitui-se em uma ferramenta eletrônica de comunicação entre o tribunal e os jurisdicionados, promovendo a unificação de procedimentos, transparência e agilidade nas informações enviadas ao Tribunal, a exemplo do encaminhamento das

prestações de contas e remessas contábeis. A implantação do Sicap começou em 2007. A presidente à época, conselheira Doris de Miranda Coutinho, conta que o sistema surgiu de uma inquietação sobre os dados informados pelos gestores e aponta os resultados para o cidadão: “A fidedignidade da contabilidade permite realmente que o Tribunal fiscalize”, ressalta a conselheira.

### E-CONTAS

Outro importante sistema criado pela informática é o e-Contas, que começou a funcionar no primeiro semestre de 2012, instituído pela Instrução Normativa nº 01/2012. O meio eletrônico de transmissão de processos torna mais célere o julgamento das contas das prefeituras, câmaras de vereadores e



*Sicap permite que as unidades gestoras enviem ao TCE/TO as prestações de contas pela internet*

Foto: ASCOMTCE/TO





demais órgãos da administração municipal. “O e-Contas foi desenvolvido por profissionais do próprio tribunal. Um esforço totalmente recompensado, pois, com custo zero, garantimos mais celeridade, economia e transparência, já que toda a tramitação está disponível na internet”, avalia o conselheiro presidente Severiano Costandrade. Ele destaca, ainda, que foi uma decisão de gestão. “Tínhamos dois caminhos a percorrer: ou contratávamos uma empresa, terceirizando o serviço, ou, por meio do sistema já exist-

tente, nosso próprio pessoal desenvolveria o e-Contas. Como não havia tempo, nem recursos financeiros suficientes, decidimos apostar no que já tínhamos e, hoje, o e-Contas é uma realidade”.

Em um primeiro momento, serão analisadas pelo e-Contas as prestações de contas de ordenadores de despesas enviadas pelo Sicap. “São passos recentes que a gente lembra bastante, e olha para o futuro com muita esperança”, define o auditor Márcio Aluizio Moreira Gomes.

Fotos: ASCOMTCE/TO



*Servidores participam de capacitação sobre o funcionamento do e-Contas*

*Análise das prestações de contas dos municípios já é feita por meio eletrônico*



## Sede do Instituto de Contas

Fotos: ASCOMTCE/TO



*Lançamento da pedra fundamental,  
em 8 de agosto de 2002*



*Obra teve  
evolução  
rápida*



*Inauguração do prédio, em 30 de  
dezembro de 2002*





## Qualificação do Corpo Técnico

### *Os avanços na área de formação*

A preocupação com a capacitação e qualificação do servidor dos quadros do Tribunal de Contas esteve presente desde os primeiros meses de vida do órgão. O envio de técnicos e o intercâmbio com tribunais de outros estados foram importantes para a formação dos quadros do TCE/TO.

Dois fatores foram fundamentais para consolidar a vocação do tribunal de oferecer capacitação aos seus servidores. A criação do Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do Tribunal de Contas e do Instituto de Contas 5 de Outubro, inaugurado em dezembro de 2002, ambos instituídos por meio da terceira e atual Lei Orgânica do TCE/TO, aprovada em dezembro de 2001.

“A principal fonte de receita do Fundo são as multas aplicadas pelo TCE. Antes, esse recurso ficava para o Estado ou a Prefeitura”, detalha o conselheiro Herbert Carvalho de Almeida, presidente à época. Os recursos são aplicados na qualificação de pessoal e aparelhamento do órgão.

Quanto ao Instituto de Contas, o conselheiro destaca o pioneirismo, mais uma vez, do TCE/TO. “Fomos o primeiro a criar um prédio próprio para o Instituto de Contas. A maioria dos tribunais ainda não tinha

escolas”, orgulha-se.

O Instituto, que já funcionava como Escola de Contas (criada pela Resolução Normativa nº 004/1999 e regulamentada pela Resolução Administrativa nº 003/1999), tem como missão oportunizar a formação continuada dos servidores e jurisdicionados (gestores e técnicos das administrações públicas estadual e municipal) e o aprimoramento do conhecimento, visando à satisfação da sociedade quanto à efetiva gestão dos recursos públicos.

Desde sua criação até hoje, o Instituto impressiona pelos números, que foram evoluindo com o tempo. Em 2002, por exemplo, aconteceram 414 capacitações e, em 2012, quase nove mil. Ao todo, ao longo dos anos, foram realizadas mais de 35 mil capacitações para gestores, técnicos da administração pública estadual e municipal e servidores do TCE/TO. Cerca de 200 funcionários do órgão fizeram cursos de pós-graduação promovidos pelo Instituto em parceria com outras instituições. Também foram concedidas cinco bolsas de estudo para cursos de MBA, cinco para mestrado e três para doutorado. “O Instituto busca aprimorar o conhecimento da gestão pública com foco no zelo da correta aplicação dos recursos. Também tem



*Servidores do Instituto  
de Contas participam  
de capacitação*



como meta qualificar os servidores do TCE para melhor atender aos anseios da sociedade tocantinense”, explica Dagmar Gemelli, atual diretora do Instituto 5 de Outubro.

A política de gestão de pessoas do TCE/TO também incentiva a qualificação dos servidores, mediante a concessão de bolsas de estudo para cursos de graduação. Cerca de 95 funcionários já foram beneficiados.

#### **FORMAP**

O Programa de Formação de Agentes Públicos (Formap), lançado em 2008, visa orientar gestores e servidores do estado e municípios tocantinenses para evitar a malversação dos recursos públicos. A iniciativa, pioneira no Brasil, foi apresentada, no mesmo ano, nos Estados Unidos, em um encontro promovido pelo Banco Interamericano

de Desenvolvimento (BID). “O que eu falei ainda foi novidade para aqueles quase 50 países que estavam ali representados”, lembra a conselheira Doris de Miranda Coutinho, presidente do TCE/TO na época.

No início, as aulas eram transmitidas via satélite para as cidades do estado. No formato atual, o Formap disponibiliza as aulas pela internet e qualquer pessoa pode participar dos cursos, que são gratuitos. “A modernização pela qual as Cortes de Contas passaram nos últimos anos possibilitou a realização de uma série de ações que resultaram no aperfeiçoamento do nosso trabalho. Qualificamos nosso corpo técnico e melhoramos nossa fiscalização. Com isso, queremos que os gestores e servidores públicos do estado também busquem o aprimoramento”, destaca o conselheiro Severiano Costandrade.

### PRODECIN

O Programa de Desenvolvimento e Capacitação Interna (Prodecin) foi implantado em 2010 e busca fortalecer a educação corporativa. O Prodecin atende a demanda de capacitação de servidores do TCE/TO, desenvolvendo competências para o trabalho, nas áreas técnica, gerencial e comportamental. O estímulo à competência técnica aperfeiçoa o servidor no seu segmento de atuação. A área gerencial desenvolve conhecimentos para uma administração eficaz. Já a competência comportamental desenvolve habilidades sociais que propiciam o aperfeiçoamento de atitudes adequadas para lidar com situações no cotidiano do trabalho.

### CULTURA

O Instituto de Contas também desenvolve atividades culturais, como eventos,

oficinas e exposições. Mantém, ainda, a Biblioteca Conselheiro José Ribamar Mendes, com quase quatro mil exemplares, entre livros, periódicos e outras publicações disponíveis para leitura e pesquisa.

O Coral de Contas é outra importante iniciativa nessa área. O grupo iniciou suas atividades há dez anos, durante a realização do Programa de Qualidade Total. Em 2005, estreou o Projeto Nas Asas da Canção: Canto de Paz, que oferece aos servidores atividades musicais, contribuindo para o enriquecimento cultural, para a prática em grupo e para o entretenimento. O coral participa ativamente do calendário de festividades com apresentações comemorativas, inclusive em outros estados, por ocasião dos Encontros Nacionais de Corais de Contas.

Foto: ASCOMTCE/TO



*Apresentação do  
Coral de Contas*

## Novos Tempos

*Tribunal mais próximo do cidadão*

O biênio 2009/2010 foi marcado pelo foco na comunicação, transparência e aproximação do órgão com a sociedade, com vistas, inclusive, ao fortalecimento do controle externo. Foram promovidas diversas ações que consolidaram o trabalho desenvolvido nas gestões anteriores.

“Quando eu assumi a presidência em 2009, o TCE/TO estava em uma fase administrativa muito boa e nos deu possibilidade de

lutarmos, reforçar a comunicação do tribunal, agregando novos valores, criamos essa estrutura melhor. Já existia a transparência, mas demos um *upgrade*”, destaca o conselheiro presidente Severiano Costandrade, completando: “Foi uma tendência natural de evolução, e acredito que vai continuar evoluindo. O próximo presidente vai dar sequência a esse processo, dentro da sua visão,

Foto: ASCOMTCE/TO

*Estudantes do ensino  
médio participam  
do programa TCE de  
Portas Abertas*







*TCE/TO sediou vários eventos nacionais, entre os quais o seminário sobre a Lei de Acesso à Informação*

mas a visão institucional”.

Determinado a mudar a imagem dos Tribunais de Contas como órgãos muito isolados, Severiano priorizou o Controle Social, como forma de aproximar a sociedade do órgão. “O tribunal cresceu, começou a trazer eventos nacionais para cá. Depois fui eleito presidente do IRB”, destaca Severiano, que em fevereiro de 2010 assumiu a presidência do Instituto Rui Barbosa (IRB), sendo reconduzido para o segundo mandato em novembro de 2011. Responsável por realizar capacitações, seminários, encontros e debates, além de prestar assistência técnica e manter intercâmbios e convênios com instituições nacionais e internacionais, o IRB é uma associação civil voltada

para o aprimoramento das atividades desenvolvidas pelos Tribunais de Contas do Brasil.

#### **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

O Tribunal do Tocantins transformou-se em uma instituição planejada, em que cada setor gere seu próprio orçamento. Foram implantados, após a aprovação do Pleno, os Planos de Gestão Estratégica, de Gestão de Pessoas e de Tecnologia da Informação. O Planejamento trouxe grandes avanços ao Tribunal de Contas do Estado, como avalia o conselheiro Corregedor, Manoel Pires dos Santos: “Eu vejo o Planejamento Estratégico como algo essencial dentro do Tribunal de Contas. Como conselheiro Corregedor, há situações que cabem a mim, diante

dessa função, implementar dentro do Planejamento Estratégico. Como os casos das denúncias. Nós tínhamos denúncias aqui dentro do TCE/TO de cinco, seis, até oito anos sem serem finalizadas. Com o Plano Estratégico, hoje nós não temos uma denúncia com mais de seis meses no Tribunal de Contas”, avalia o conselheiro, que ainda destaca a maior celeridade na tramitação de processos como outro resultado positivo e conclui: “O Plano Estratégico é de uma essencialidade sem precedentes. Eu tenho como uma das coisas mais importantes hoje dentro do Tribunal de Contas”.

Com metas, iniciativas e ações definidas, os efeitos são imediatos. “Tudo o que você faz tem um porquê, tem um momento, tem quem faça e tem um resultado”, resume o atual presidente da Corte.

## CONTROLE SOCIAL

No âmbito do Controle Social, o Tribunal de Contas levou a termo programas como o Agenda Cidadã, TCE com você na Escola, TCE de Portas Abertas, bem como o fortalecimento da Ouvidoria e a implantação do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.

O relacionamento com a sociedade ficou ainda mais estreito com o lançamento do Portão do Cidadão na internet, por meio do qual é possível acompanhar as ações do Tribunal de Contas e as prestações de contas dos gestores públicos.

Ainda na área da comunicação voltada para a transparência de suas ações e decisões, o TCE/TO implantou a transmissão ao vivo, via internet, das sessões do Pleno e das Câmaras. Instituiu produções jornalísticas em multipla-

Foto: ASCOMTCE/TO

*Ouvidoria é um canal  
de comunicação direto  
com o cidadão*







*Bastidores da  
gravação do telejornal  
TCE Notícia, premiado  
em 2011 e 2012*

taformas para chegar a todos os cidadãos.

O Informativo TCE é uma publicação impressa bimestral, com tiragem de três mil exemplares por edição. O Minuto TCE é um programa de rádio de 60 segundos, veiculado na rádio pública 96 FM, nas 50 emissoras comunitárias existentes no Estado e em emissoras privadas de Palmas. O telejornal TCE Notícia é veiculado quinzenalmente na emissora de TV pública do Tocantins. Todas as produções contemplam notícias sobre decisões, eventos, ações institucionais e de interesse dos servidores, e são disponibilizadas no site do Tribunal. O TCE Notícia, inclusive, foi vencedor, por

dois anos consecutivos, em 2011 e 2012, do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, conferido pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ).

Em sintonia com a evolução dos processos eletrônicos de comunicação, o TCE/TO também está presente nas redes sociais Youtube, Facebook e Twitter.

“Nosso processo eletrônico já está implantado. A transparência consolidada, com o Portal do Cidadão, a Ouvidoria, o SIC e as ações de comunicação. Plantamos sementes para o futuro. A próxima gestão tem que sair daqui e ir para lá... é questão de continuidade”, destaca o presidente.



*Distribuição de mudas,  
durante a campanha  
"Cuidar do meio  
ambiente também é da  
nossa conta"*



## Meio Ambiente

Desde 2010, o tribunal vem atuando na fiscalização de ações e políticas ambientais, tendo promovido auditoria no Sistema de Coleta, Tratamento e Destinação Final do Esgoto Sanitário de Palmas, com a constatação posterior de que 75% das recomendações feitas pelo órgão ao Município foram atendidas; análise do programa de Controle

Ambiental – Ações de Licenciamento e Monitoramento Ambiental, desenvolvidas pelo Fundo Estadual de Meio Ambiente; e, mais recentemente, a realização de auditorias operacionais na gestão ambiental dos municípios que recebem compensação financeira pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães.

“O Tribunal do Tocantins é um *case* de sucesso em nível de Brasil. Nós fazemos muito mais do que alguns que dispõem de recursos maiores. Este é um legado importante”, conclui o conselheiro presidente Severiano Costandrade.

## *Homenagens e Depoimentos*



*O Tribunal de Contas homenageia cinco personalidades que prestaram relevantes serviços ao TCE/TO e ao Estado do Tocantins. Confira seus depoimentos nas páginas a seguir.*



*Reunião de líderes,  
em 1988, que resultou  
no apoio de todos os  
partidos à criação do  
Estado do Tocantins,  
na Assembleia  
Nacional Constituinte*



## José Wilson

### Siqueira Campos

Para chegar à criação do Estado do Tocantins, foi preciso praticar uma verdadeira engenharia política no Congresso Nacional.

Depois de quatro mandatos de Deputado Federal e diversos projetos de lei complementar propondo a criação do Estado do Tocantins, dois deles vetados pelo então Presidente da República José Sarney, fui eleito Deputado Constituinte em 1986.

Vi, então, uma grande oportunidade para realizar o sonho da autonomia do Norte Goiano, com a criação do Estado do Tocantins.

Com surpresa e preocupação, deparei-me com duas situações que dificultavam e poderiam impedir que atingíssemos este objetivo.

Primeiro, era preciso que eu conquistasse assento à Mesa de Reuniões dos Líderes da Constituinte, sob a Presidência do Deputado

Ulisses Guimarães. Com muita luta e apoio dos meus companheiros de partido, resolvi este problema ao ser eleito para a direção nacional do PDC – Partido Democrata Cristão.

De início, obtive a entrada de dois Governadores, quatro Senadores e mais onze Deputados Federais, que fortaleceram muito o PDC e aumentaram sua importância na Assembleia Nacional Constituinte.

Assumi então a Presidência Nacional do PDC e a condição de Líder na Constituinte. Isto me deu muita força e poder de negociação para lutar pela criação do Tocantins.

Com a condição de Presidente Nacional e líder do PDC na Constituinte obtive o que os mineiros chamam de “poder de barganha”, essencial em qualquer negociação.

Outro problema com que me deparei, um grande e preocupante obstáculo para a criação do Estado Tocantins, foi a posição contrária à criação de Estados e Municípios por parte da maioria dos Constituintes. É que havia um errôneo entendimento, segundo o qual o objetivo dos autores desses projetos, era a prática do nepotismo, do fisiologismo e do clientelismo político e não de organizar os espaços territoriais deste imenso País para proporcionar assistência e apoio às populações abandonadas às margens dos rios, ribeirões e igarapés ou mourejando sob infectos barracos de palha e de pau-a-pique nos campos e cerrados deste imenso Brasil.

Havia a preocupação com a criação de



grandes estruturas administrativas, pois, entendiam que seria para beneficiar parentes, correligionários, amigos, etc. etc..

Para desarmar os ânimos na Assembleia Nacional Constituinte, redigi um projeto de emenda constitucional e texto de fusão de emendas que hoje fazem parte da Constituição Federal, criando instituições enxutas para os novos Estados. Nos primeiros dez anos, cada novo Estado, teria um Tribunal de Contas com três Conselheiros, um Tribunal de Justiça, com sete Desembargadores, o Poder Executivo, com apenas dez secretarias e as Assembleias Legislativas em Estado com população até 600 mil habitantes teria 17 Deputados, de 600 mil até 1 milhão e 500 mil habitantes teria cada novo Estado, 24 Deputados, como é o caso do Estado do Tocantins.

Esta iniciativa desarmou os ânimos dos Constituintes, que em sua grande maioria, passaram a apoiar a criação do Estado do Tocantins e a elevação dos Territórios Federais de Roraima e Amapá à condição de Estados.

Como presidente nacional e líder na Constituinte de um partido importante, o PDC, numa campanha corpo-a-corpo, no dia-a-dia dos nossos trabalhos, especialmente nas reuniões de lideranças, conseguimos a autonomia do Norte Goiano, com a criação do Estado do Tocantins para promover a inclusão social, a igualdade de oportunidades, a justa distribuição de renda e a prosperidade para todos os homens e mulheres que habi-

tam este belo pedaço do Brasil.

Para cumprir com o texto constitucional, o meu primeiro ato como primeiro governador do Estado do Tocantins foi encaminhar à Assembleia Legislativa o projeto nº 1, que se transformou em Lei, e que com a sua aprovação e sanção, criou as instituições e estruturas político-administrativas estaduais, dentre as quais o Tribunal de Contas do Estado - TCE, para que a aplicação dos recursos públicos fosse orientada e fiscalizada com competência, ética e seriedade em benefício do bem comum.

Desde então, o TCE tem contribuído de forma marcante para o aprimoramento das administrações estadual e municipais, promovendo a qualificação dos servidores dos diversos níveis, tanto interno quanto externo e, especialmente, auxiliando com competência a Assembleia Legislativa e as Câmaras Municipais no seu dever constitucional de fiscalizar o Poder Executivo.

Ao completar 23 anos de existência, o Tribunal de Contas do Tocantins merece, portanto, o reconhecimento da sociedade tocan-tinense pela forma ética e responsável como se tem conduzido, desde a sua criação, e pelo largo conceito e respeitabilidade adquiridos, graças aos seus dirigentes e servidores dos mais diversos níveis. Parabéns TCE, pelos seus 23 anos de vida profícua e vitoriosa!

**José Wilson Siqueira Campos**  
*Governador do Estado do Tocantins*



## Raimundo Nonato Pires dos Santos (*Raimundo Boi*)

*Primeiro presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins (1989/1991). Foi deputado estadual por dois mandatos, vice-governador (também por dois mandatos) e governador do Tocantins, no período de abril de 1998 até o final do mesmo ano.*

Acompanhei de perto a criação do Tribunal de Contas do Tocantins, que, com muito orgulho, foi instalado em minha cidade natal, Miracema. Naquela época era presidente da Assembleia Legislativa do Estado e, como parlamentar, tinha consciência da importância de termos um órgão de controle das contas públicas, que funcionasse não só para fiscalizar, mas também para orientar, afinal era um tempo de aprendizado.

Vivíamos um estágio de construção, tanto física quanto de conhecimento, pois o novo estava a nos desafiar: a nova Constituição, o novo Estado, o novo ofício. Tudo era muito rápido e intenso. Vi a região

onde nasci ter sua rotina modificada em pouco tempo. Pessoas chegavam de vários lugares em busca de oportunidades. Todas ávidas para dar sua contribuição ao recém-nascido Tocantins.

Hoje o Tribunal possui uma estrutura excelente e um corpo técnico completo e qualificado. Um detalhe me faz lembrar muito o passado acima mencionado e pode resumir-se em uma palavra: vontade. A ânsia de continuar a crescer, melhorar a cada dia se mantém presente nos membros e servidores desta exemplar Corte de Contas sempre na busca constante pelo aperfeiçoamento e boa fiscalização do dinheiro público.

## Ubiratan Diniz de Aguiar

*Ministro emérito do Tribunal de Contas da União (2001/2011). Presidiu o TCU no biênio 2009/2010. Foi vereador de Fortaleza, deputado estadual e federal pelo Ceará. Integrou a Assembleia Nacional Constituinte de 1988.*



É com imensa satisfação que faço consignar meu registro acerca do trabalho desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

Tenho acompanhado seu desempenho, as inovações introduzidas na área tecnológica, o aperfeiçoamento das auditorias realizadas na área ambiental, onde mostra posições de vanguarda, em região que reclama uma ação de controle de primeiro mundo.

A mais nova Corte de Contas do País dedica atenção especial à capacitação de seus servidores, realização de cursos para orientação de gestores e uma visão moderna focada no estímulo à participação do controle social. A atuação do Tribunal tem sido referência, fruto dos resultados obtidos para aprimorar e melhorar o desempenho da administração pública do Estado.

Como conseqüência deste trabalho e da operosidade do Presidente Severiano Costandrade, eis que o mesmo foi guindado à Presidência do Instituto Rui Barbosa, entida-

de mor na formação e capacitação de quantos integram o Sistema de Contas do Brasil.

Congratulo-me, portanto, com os nobres conselheiros, auditores, procuradores e seu quadro de pessoal pela excelência do trabalho que vêm realizando, pesquisando, viabilizando novas técnicas operacionais, credenciando-se como instituição modelo e de referência.

Durante o período em que estive na Presidência do Tribunal de Contas da União recebi por diversas vezes a visita do presidente Severiano Costandrade e de conselheiros, na busca do intercâmbio de informações e troca de experiências. Ganhamos todos com estas presenças.

Desejo expressar nesta hora a honra e a satisfação que de mim se apossam, em receber a comenda concedida por esta Egrégia Corte no próximo dia seis de dezembro. De par com os agradecimento que faço, desejo receber, mais uma vez, a generosidade do apreço dos que fazem o Tribunal, renovando minha estima pessoal.





## Victor José Faccioni

*Conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (1998/2011). Presidiu a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) de 2006 a 2009. Foi vereador, deputado estadual e federal. Integrou a Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte de 1988.*

É impossível falar sobre o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e não regressar no tempo, não recordar-me da época em que era Deputado Federal pelo Estado do Rio Grande do Sul e membro da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte. Estávamos em um período de efervescência devido à nova Constituição Federal, e, nela a emenda constitucional liderada pelo então colega-constituente, Siqueira Campos, propondo a criação do Estado do Tocantins, proposição que apoiei com maior entusiasmo. Sempre fui a favor da independência do então Norte Goiano, principalmente por acreditar na necessidade da interiorização da economia.

De lá para cá se passaram 24 anos: o Estado que vi nascer, cresceu, se desenvolveu e hoje

tem um Tribunal de Contas forte e atuante.

Quando fui presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON, estive nesta Corte muitas vezes. Mesmo após o fim da minha gestão, acompanhei, por várias oportunidades, o trabalho desenvolvido pelo TCE/TO. Por isso, não é exagero asseverar que está entre os Tribunais mais modernos do país, graças ao entusiasmo de seu atual gestor, Conselheiro Severiano Costandra-de, e de todo o corpo deliberativo e à dedicação de seus servidores.

Fazer parte da história, ora contada por esta publicação, faz com que me orgulhe ainda mais de ter acompanhado de perto e, ousado até dizer: compartilhado um enredo tão importante.

## Orlando Alves da Silva



*Auditor do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, aprovado no primeiro concurso público do Órgão, em 1990. Ingressou no TCE/TO em 1989, como técnico de Controle Externo.*

Em todos esses anos de atividades técnicas profissionais exercidas nesta Corte, tenho certeza que o nosso Tribunal de Contas, com suas múltiplas funções, é a instituição instrumentalizada para assegurar o controle e a fiscalização dos atos e fatos da Administração Pública, principalmente, a de garantir a efetiva aplicação dos recursos.

Nesse contexto, posso assegurar que me esforcei e me dediquei ao máximo na construção, modernização e aperfeiçoamento do Tribunal de Contas, contribuindo de forma direta e indireta nas ações administrativas e nos procedimentos de fiscalização no intuito de consolidar a instituição como instrumento permanente de controle do erário.

# GALERIA DOS



**CONS. ANTÔNIO GONÇALVES  
DE CARVALHO FILHO**



**CONS. JOÃO DE DEUS  
MIRANDA RODRIGUES**



**CONS. JOSÉ RIBAMAR  
MENESES**



**CONS. NAPOLEÃO DE SOUZA  
LUZ SOBRINHO**



**CONS. DORIS DE MIRANDA  
COUTINHO**



**CONS. SEVERIANO JOSÉ  
COSTANDRADE DE AGUIAR**



# CONSELHEIROS



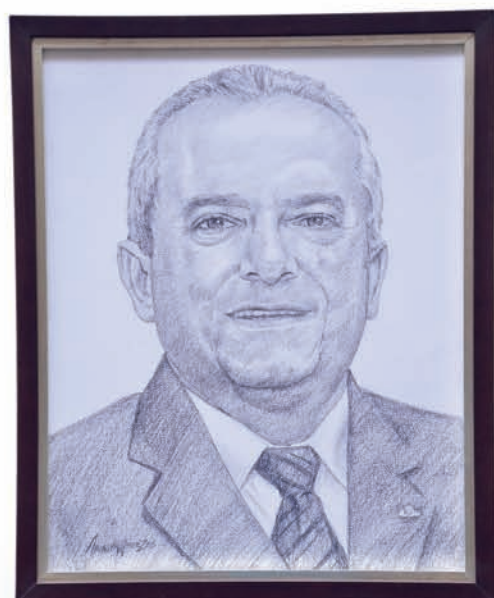
CONS. JOSÉ WAGNER  
PRAXEDES



CONS. JOSÉ JAMIL FERNANDES  
MARTINS



CONS. HERBERT CARVALHO  
DE ALMEIDA



CONS. MANOEL PIRES DOS  
SANTOS



CONS. LEIDE MARIA DIAS  
MOTA AMARAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
Avenida Theotônio Segurado, 102 Norte - Conj. 1, Lotes 1 e 2  
CEP: 77.006-002 - Palmas – TO  
Fone: (63) 3232 – 5800  
[www.tce.to.gov.br](http://www.tce.to.gov.br)



Ouvidoria 0800-644-5800  
[www.tce.to.gov.br](http://www.tce.to.gov.br)